

**ALTIVIR CIESLAK**

**PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA NA SEGURANÇA PÚBLICA:  
EXPERIÊNCIA DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES EM LONDRINA**

**Monografia apresentada ao Departamento de Contabilidade, do Setor de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de especialista em Administração Policial.**

**Orientador: Cap QOPM Maurício Tortato**

**CURITIBA**

**2002**

## **DEDICATÓRIA**

*Aos amores que Deus me presenteou: Jesus, meu Salvador, Vivian, minha esposa, e Helena, minha mãe, que me fazem entender a importância de tudo sofrer, tudo crer, tudo esperar, tudo suportar.*

## AGRADECIMENTOS

Ao Cap QOPM Maurício Tortato pela amizade, incentivo e exemplo, balizadores da vontade de bem fazer.

À Prof.<sup>a</sup> Maria Elisabeth de Oliveira pela paciência e dedicação na orientação metodológica deste trabalho.

Ao Ten-Cel Rubens Guimarães de Souza, Comandante do 5º Batalhão de Polícia Militar, pelo apoio hipotecado para a realização do presente trabalho — indispensável para o desenvolvimento da pesquisa —, especialmente pela disponibilização do 3º Sgt QPM 1-0 Reinaldo Lemes Rodrigues, o qual coordenou, com competência e desprendimento, os trabalhos de coleta de dados pelos alunos do Curso de Formação de Sargentos, estes também merecedores de encômios pela demonstração de esforço e abnegação.

Ao Prof. Dr. Ricardo de Jesus Silveira, do Departamento de Sociologia da Universidade Estadual de Londrina, pelas orientações gentis a que se prestou e cuja tese permitiu uma reflexão crítica acerca da participação comunitária em Londrina.

Ao Maj PM RR Edvaldo Gomes Machado pelas inúmeras horas despendidas em favor do êxito deste empreendimento, contribuindo não só para que a metodologia de pesquisa fosse a mais indicada para a obtenção de resultados corretos, como também para nutrir ainda mais a admiração e apreço a que faz jus.

Ao povo de Londrina, que tanto merece ser uma sociedade justa, livre e solidária.

***Onde quer que se encontrem homens, mulheres ou crianças, quer sejam jovens ou idosos, ricos ou pobres, da elite ou da plebe, sábios ou tolos, ignorantes ou letrados, todos são movidos pelo desejo de serem vistos, ouvidos, comentados, aprovados e respeitados pelas pessoas que os rodeiam, no âmbito do seu conhecimento.***

***John Adams***

## SUMÁRIO

<b>LISTA DE TABELAS</b> .....	vi
<b>LISTA DE GRÁFICOS</b> .....	vii
<b>RESUMO</b> .....	viii
<b>RESUMEN</b> .....	ix
<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	1
<b>2 METODOLOGIA</b> .....	5
2.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS .....	5
2.2 MÉTODO UTILIZADO .....	6
2.3 TIPO DE PESQUISA .....	6
2.4 POPULAÇÃO-ALVO DA AMOSTRA .....	6
2.5 PROCEDIMENTO PARA A COLETA DE DADOS .....	6
2.5.1 Questionários .....	6
2.6 PROCEDIMENTO DE ANÁLISE .....	8
<b>3 REVISÃO DA LITERATURA</b> .....	9
3.1 SOCIEDADE, DEMOCRACIA E CIDADANIA .....	9
3.2 LONDRINA: PROJETO ARROJADO, RESULTADO DESASTRADO .....	16
3.3 A PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA NA SEGURANÇA PÚBLICA EM LONDRINA .....	23
3.3.1 As Associações de Moradores (AMs) .....	24
3.3.1.1 Primeira fase das Associações de Moradores .....	27
3.3.1.2 Segunda fase das Associações de Moradores .....	29
3.3.1.3 Fase contemporânea .....	34
<b>4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS</b> .....	43
4.1 PERFIL DEMOGRÁFICO DOS ENTREVISTADOS .....	43
4.2 MENSURAÇÃO DAS VARIÁVEIS EXPLORATÓRIAS .....	48
4.3 INTERPRETAÇÃO DAS VARIÁVEIS EXPLORATÓRIAS .....	49
4.3.1 Credibilidade na atuação das Associações de Moradores .....	50
4.3.2 Visão da importância das Associações de Moradores .....	51
4.3.3 Avaliação das Associações de Moradores .....	51
4.3.4 Percepção sobre segurança comunitária .....	52
4.3.5 Valorização das Associações de Moradores .....	53
4.3.6 Responsabilidade sobre segurança .....	54
4.3.7 Efeitos das campanhas educativas de segurança .....	54
4.3.8 Preocupação comunitária com segurança pública .....	55
4.3.9 Influência da mídia na segurança pública .....	55
4.3.10 Credibilidade na polícia .....	57
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	59
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	65

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - DISTRIBUIÇÃO DAS ENTREVISTAS POR REGIÕES DE LONDRINA .....	7
TABELA 2 - ESTIMATIVA DO NÚMERO DE PESSOAS NAS RESIDÊNCIAS .....	7
TABELA 3 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE LONDRINA – 1950-2000 .....	23
TABELA 4 - DISTRIBUIÇÃO DA AMOSTRA POR SEXO .....	43
TABELA 5 - DISTRIBUIÇÃO DA AMOSTRA POR FAIXA ETÁRIA .....	44
TABELA 6 - DISTRIBUIÇÃO DA AMOSTRA POR ESCOLARIDADE .....	45
TABELA 7 - DISTRIBUIÇÃO DA AMOSTRA POR OCUPAÇÃO PRINCIPAL .....	46
TABELA 8 - DISTRIBUIÇÃO DA AMOSTRA PELA RENDA FAMILIAR ....	47
TABELA 9 - NÍVEIS DE CONCORDÂNCIA E DISCORDÂNCIA COM AS VARIÁVEIS .....	49

## LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA AMOSTRA POR SEXO ...	44
GRÁFICO 2 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA AMOSTRA POR FAIXA ETÁRIA .....	45
GRÁFICO 3 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA AMOSTRA POR ESCOLARIDADE .....	46
GRÁFICO 4 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA AMOSTRA POR OCUPAÇÃO PRINCIPAL .....	47
GRÁFICO 5 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA AMOSTRA PELA RENDA FAMILIAR .....	48

## RESUMO

CIESLAK, A. **Participação comunitária na segurança pública**: experiência das associações de moradores em Londrina. Analisa, sob o enfoque crítico, o papel da sociedade civil organizada, através das associações de moradores, na segurança pública da cidade de Londrina, a partir da compreensão das teorias políticas e sociológicas sobre sociedade, democracia e cidadania e seus reflexos práticos em relação aos aspectos históricos, geográficos, políticos e econômicos formadores da sociedade londrinense e suas implicações na segurança pública. Com base nisto e em levantamento de percepções de grupo realizado junto à população, estuda e confronta a forma como se dá a participação comunitária na segurança pública, avaliando as atividades desenvolvidas pelas associações de moradores e indicando maneiras de engajamento da população com as políticas públicas do setor, mesmo porque a participação da comunidade é invariavelmente dispersa e opinativa, restando um grande espaço coletivo e democrático para organização, compartilhamento e comprometimento da sociedade na busca de soluções conjuntas para a questão. Permite reflexões a respeito da implantação da filosofia de polícia comunitária uma vez que há necessidade de cooptação da população em qualquer projeto que a envolva, e a Polícia Militar, como agência promotora da cidadania, há que perceber os multifacetados aspectos da participação na comunidade a fim de atender de forma personalizada os anseios locais. Palavras-chave: Sociedade; Segurança Pública; Comunitarização; Londrina.



## RESUMEN

CIESLAK, A. **Participación comunitaria en la seguridad pública: experiencia de las asociaciones de moradores en Londrina.** Análisis, bajo enfoque crítico, del papel de la sociedad civil organizada, a través de las asociaciones de moradores, en la seguridad pública de la ciudad de Londrina, comenzando con la comprensión de las teorías políticas y sociológicas sobre sociedad, democracia y ciudadanía y sus reflejos prácticos en relación a los aspectos históricos, geográficos, políticos e económicos formadores de la sociedad londrinense y sus implicaciones en la seguridad pública. Con base en esto y en levantamiento de percepciones de grupo realizado junto a la población, estudia y confronta la forma como ocurre la participación comunitaria en la seguridad pública, evaluando las actividades desarrolladas por las asociaciones de moradores y señalando maneras de empeñar la población con las políticas públicas del sector, aunque la participación de la comunidad es invariablemente dispersa y opinativa, restando un grande espacio colectivo y democrático para organización, intercambio y comprometimiento de la sociedad en la busca de soluciones conjuntas para la cuestión. Permite reflexiones a respecto de la implantación de la filosofía de la policía comunitaria pero es necesario la cooptación de la población en cualquier proyecto que provoque su involucramiento, y la Policía Militar, como agencia promotora de la ciudadanía, deberá percibir los multifacetedos aspectos de la participación en la comunidad para atender de forma personalizada los anhelos locales. Palabras clave: Sociedad; Seguridad pública; Comunitarización; Londrina.

## 1 INTRODUÇÃO

Dizer que a situação da segurança pública no Brasil tornou-se uma das maiores preocupações atuais, parece ser lugar comum. De fato, a crise desencadeada no setor — fruto de políticas socioeconômicas equivocadas —, tem deixado a população perplexa, o que exige do Poder Público ações cada vez mais consentâneas para mudar esse quadro.

Muito embora diversas políticas pontuais sejam desenvolvidas, percebe-se o recrudescimento da violência e da criminalidade no seio da sociedade, mesmo porque “essa é uma marca indelével da formação social do Brasil.” (RIBEIRO, 1996, p. 42)

Aliado a isto, há um vácuo de padrões positivos; uma anomia crônica tem prevalecido no Brasil: inexistente padrão moral. Não há perspectivas de comportamento socialmente compensadores, antes, pelo contrário, a equação custo-benefício tem sido a relação usualmente utilizada para balizar atitudes. A consciência, primeira instância preventiva do crime, já não permite a nítida distinção entre o bem e o mal. Neste quadro geral (altamente criminogênico), o efeito disciplinador dos padrões individuais e coletivos é por demais enfraquecido, gerando o fenômeno comportamental da adaptação, do conformismo e, logo, dos desvios de condutas de muitos.

Sobre o assunto, CUSSON (*apud* BOUDON, 1995, p. 391) assevera:

Se a influência reguladora da sociedade deixa de se exercer, o indivíduo deixa de ser capaz de encontrar em si próprio razões para se auto-impor limites. Numa época de rápidas transformações econômicas a acção reguladora da sociedade não pode ser exercida de modo eficaz e por forma a garantir ao indivíduo um conjunto normativo conciliável com as suas aspirações. Ora, esta situação de desregramento, que lança o indivíduo num universo sem referências, caracteriza uma situação de anomia que corresponde, no fundo, a uma situação de dissociação da individualidade face à consciência colectiva. [*sic*]

A violência e a criminalidade, todavia, são comportamentos sociais inerentes à natureza humana; cada sociedade estabelece até que ponto há de tolerar a violência. Assim, o limite à violência não é apenas legal, mas sobretudo social. Para DURKHEIM (1995, p. 23), “a existência do crime é fato social normal, embora sempre abominável e logo punível seu autor; anormal e socialmente patológico é o

crime em taxas altas.”

A onda crescente de violência, inclusive criminal, é um complicado enigma do mundo moderno que não será bem decifrado se for analisado parcialmente. O crime exige, para seu eficaz enfrentamento, consciência de que o problema é multidisciplinar, de responsabilidade profissional de muitos (policiais, promotores, juízes, peritos) e responsabilidade social de todos, eis que os fatores do crime são múltiplos e de variada etiologia. Só a repressão não terá força, nem mesmo com maiores e bem armadas legiões de policiais. Conquanto indispensável e preventiva (em certos casos) a punição é, no entanto, enfrentamento apenas do efeito do problema. E disto já percebera BONECASA (1996, p. 46), quando proclamou “ser mais fácil, mais útil, prevenir que reprimir”; tal inexcedível verdade, parece, longe das consciências governamentais e sociais.

O recrudescimento da violência não atinge exclusivamente o Brasil, mas também países desenvolvidos e de economia forte. A diferença é a forma de abordagem e resolução do problema aqui e alhures. Daí a complexidade do assunto em questão, que merece reflexão quanto às suas causas e efeitos, não só por parte dos elementos que são responsáveis e que integram os órgãos de segurança pública, como por estudiosos da matéria, cuja natureza correlaciona-se e interage com a criminalidade, e ainda por parte de toda a comunidade.

Dessarte, ao analisar com precisão o assunto, TORTATO (2001, p. 1-2) afirma que “a partir da consolidação da democracia, da abertura de mercados e do irreversível fenômeno da globalização, o Brasil entrou em uma era [que] jamais havia experimentado, com incomparável desenvolvimento econômico e expressivos avanços nas áreas culturais e tecnológicas”. E continua, citando BUARQUE (1998, p. 34), que “ao contrário do que se podia imaginar, junto com esses avanços, aumentaram as injustiças sociais, as disparidades na distribuição de renda, cresceram os índices de violência e de criminalidade, proliferaram ‘gulags sociais’ de miséria total, asseveraram-se as deficiências do poder público em diversas áreas prioritárias da ação de governo”. Finalizando, cita como exemplos a deficiência alimentar da população,

os problemas de habitação, saúde, educação, emprego, assistência e previdência social, e, especialmente segurança, o que muito interessa na presente análise.

Em que pese a existência de todos esses problemas citados, emprestando ainda a alvissareira concepção de TORTATO (2001, p. 02), percebe-se que houve alguns avanços democráticos e culturais nos últimos anos, principalmente a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, pois ocorreu um amadurecimento geral de todas as instituições e pessoas que bem poderiam se constituir em poderosos aliados do Poder Público, na busca de variáveis de solução, em todas as áreas da atuação estatal.

Teoricamente há um quadro favorável de participação dos cidadãos, visto a existência de inúmeras associações de bairros e de moradores, sindicatos, clubes de serviços, movimentos populares, entre outros, o que demonstra a organização da sociedade para o exercício da cidadania, sendo possível e indicada a adoção do espírito comunitário para a solução dos grandes problemas sociais, através da soma de esforços de todos os envolvidos, passando não mais a atuar exclusivamente sobre o crime e seus deletérios efeitos, mas buscando participar, efetivamente, da resolução e do combate às causas da criminalidade e da violência.

Essa participação há muito ocorre em outros países: Japão, Canadá e Estados Unidos da América, são exemplos a serem citados no que tange à segurança pública, e que poderiam perfeitamente ser adotados no Brasil com proficiência, visto a necessidade de busca de alternativas para-estatais como variáveis de solução para o problema. Iniciativas provindas dos entes estatais são sempre necessárias, porém insuficientes, restando, portanto, a maior participação popular no que diz respeito às iniciativas e cuidados acerca de sua própria segurança, pois, como reza o artigo 144 da Constituição Federal, segurança pública é uma responsabilidade de todos. (BRASIL, 2000, p. 72)

Com efeito, a atual panacéia para a minimização dos problemas de segurança pública parece ser a filosofia da polícia comunitária, o que, se de um lado demonstra uma diretriz voltada para a atuação em parceria com a comunidade, por outro, carece

de rigor doutrinário por ser redundante, em face de que a polícia, necessariamente, deve atuar na comunidade.

Resta, porém, resolver um outro problema, este assaz complexo: como a comunidade (reconhecidamente heterogênea) se comporta diante dos problemas de segurança pública a fim de que haja, efetivamente, a integração entre ela e o Poder Público, na formulação das políticas públicas de segurança.

Esse é o desafio proposto a partir do tema “o papel da sociedade na segurança pública”, o qual poderia ser abordado de diversas formas, entretanto, casuística e teleologicamente, o será visando contribuir com as atuais e futuras ações no campo da segurança pública para a cidade de Londrina. E para que assim seja, pensou-se de forma dialética, buscando apoio nas diversas correntes teóricas, a fim de confrontar o ideal com o real; o passado com o presente; a *teoria* e a *praxis*.

Compreender a sociedade londrinense e seus anseios de participação em relação a segurança pública é o objetivo deste trabalho. A escolha de Londrina se dá por dois motivos: um pragmático, principalmente em razão de suas peculiaridades, sobretudo em virtude de sua colonização *sui generis* e a explosão demográfica experimentada nos últimos anos, fenômenos comuns nas grandes e médias metrópoles paranaenses e brasileiras, e que são elementos causais, na atualidade, de diversos problemas correlacionados com a segurança pública que tanto afligem a sociedade e que merecem urgente resolução.

Mas não há como esconder que, veladamente, outro motivo é a força motriz deste empreendimento, este de cunho sentimental: o amor pela “terra vermelha” que um dia se tornou mais vermelha, pois a ela se uniu o sangue do autor deste trabalho.

## **2 METODOLOGIA**

### **2.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS**

A realidade comunitária e criminal de Londrina, uma das principais cidades do Estado do Paraná, foi o foco para a consecução do objetivo maior deste trabalho.

Utilizando-se essencialmente de pesquisa bibliográfica, com base nas teorias sociológicas e políticas, procurou-se fazer uma reflexão sobre as perspectivas de participação individual e coletiva no Estado Democrático de Direito, a partir dos conceitos de sociedade, democracia e cidadania.

Através de pesquisa bibliográfica, especialmente trabalhos técnico-científicos existentes nas bibliotecas da Universidade Federal do Paraná (UFPr) e Universidade Estadual de Londrina (UEL), foram descritos os aspectos históricos, políticos, geográficos e econômicos de Londrina, fatores estes interessantes para se compreender o ambiente em que se desenvolve o trabalho, particularmente aqueles imbricados com a segurança pública.

Através da pesquisa bibliográfica e documental, foram descritas as principais formas de articulação das associações de moradores e o desenvolvimento de atividades relacionadas com a segurança pública.

Para confrontar as teorias pesquisadas, utilizou-se de um levantamento através de questionários visando à constatação da percepção de comportamento participativo na atividade de segurança pública, os quais foram aplicados em uma amostragem que caracterizou os diversos padrões sociais, intelectuais e econômicos da cidade de Londrina.

### **2.2 MÉTODO UTILIZADO**

Para o desenvolvimento do trabalho, utilizou-se o método hipotético-dedutivo com tratamento estatístico e pesquisas bibliográfica e documental.

## 2.3 TIPO DE PESQUISA

A pesquisa adotada foi do tipo normativa, com levantamento de perfil demográfico e percepções.

## 2.4 POPULAÇÃO-ALVO DA AMOSTRA

A população-alvo constitui-se de pessoas residentes na cidade de Londrina, de ambos os sexos, com idade mínima de 16 anos, de nível escolar, profissão e renda variada.

Utilizando-se a tabela para determinar a amplitude da amostragem (GIL, 1996, p.101), com margem de erro de  $\pm 5\%$  para um universo de aproximadamente 446.822 habitantes (população de Londrina), foram aplicados 465 questionários utilizando-se das regras básicas a respeito (GIL, 1996, p. 91), possibilitando uma amostragem intencional por agrupamentos e entrevistas pessoais aleatorizadas.

## 2.5 PROCEDIMENTOS PARA A COLETA DE DADOS

### 2.5.1 Questionários

Inicialmente foram selecionados os grupos pertinentes em cada uma das regiões da zona urbana de Londrina (Centro, Norte, Sul, Leste e Oeste), presumindo-se que sejam os mais aptos a julgar, dentro de um contexto de participação comunitária, a atuação dos meios de comunicação social, das Associações de Moradores de bairros e a eficácia da polícia, em virtude da experiência adquirida no cotidiano de uma cidade classificada como sendo de grande porte. Em dias e horários alternados, objetivando maior riqueza da amostra estabelecida, as entrevistas foram aplicadas pessoa-a-pessoa.

Objetivando a busca de percepções de uma amostra mais equilibrada possível, as entrevistas foram aplicadas em cinco regiões da cidade de Londrina, atendendo os parâmetros de distribuição da população urbana, estabelecidos pelo

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, conforme demonstra a tabela seguinte:

TABELA 1 - DISTRIBUIÇÃO DAS ENTREVISTAS POR REGIÕES DE LONDRINA

REGIÃO	QUANT. DE ENTREVISTAS	%
Centro	94	20,2
Norte	116	24,9
Sul	78	16,8
Leste	93	20,0
Oeste	84	18,1
TOTAL	465	100,0

FONTE: Pesquisa de campo – out. 2002

Outro fator considerado, na interpretação dos resultados obtidos, é que se buscou identificar o número de moradores em cada uma das residências aleatorizadas para a aplicação dos questionários. Como se trata de um estudo de levantamento de percepções, entende-se que, entre pessoas de uma mesma família, estas tenham um certo direcionamento e equilíbrio, fator que aumenta proporcionalmente o entendimento do comportamento dos grupos em relação ao que se passa à sua volta. A tabela 2 demonstra que a maioria das famílias entrevistadas compõem-se de até seis pessoas, fator contributivo para a qualidade do estudo pretendido.

TABELA 2 - ESTIMATIVA DO NÚMERO DE PESSOAS NAS RESIDÊNCIAS

MORADORES POR RESIDÊNCIA	QUANT. DE ENTREVISTAS	%
Até 4 pessoas	208	44,7
Mais de 4 e menos de 6 pessoas	229	49,2
Mais de 7 e menos de 9 pessoas	17	3,7
10 pessoas ou mais	11	2,4
TOTAL	465	100,0

FONTE: Pesquisa de campo – out. 2002

Os questionários foram estruturados em nove questões fechadas, uma numérica, duas textos e dez descritivas, destinadas a medir variáveis categóricas de comportamento participativo na atividade de segurança pública. A descrição de cada



variável sugeria ao entrevistado que este deveria interpretar a presença ou ausência delas nos seus julgamentos, segundo sua experiência, e não uma interpretação pertinente a seu comportamento pessoal. Cada variável foi hasteada por uma escala de concordância e discordância com o enunciado, segundo a melhor interpretação da sua experiência. Esse tipo de escala foi escolhido porque provê a despersonalização necessária para tentar evitar tendências e vieses nas respostas.

## 2.6 PROCEDIMENTO DE ANÁLISE

A análise dos dados dos questionários constitui-se na tabulação das respostas, analisadas e apresentadas em tabelas simples e percentuais, e ilustradas graficamente para melhor visualização dos resultados obtidos.

Escolheu-se usar a escala ordinal para determinação de percentuais de concordância e de discordância com as variáveis descritivas do questionário.

As variáveis descritivas, contidas em forma de afirmativas, foram agrupadas e transformadas em variáveis categóricas, objetivando melhor compreensão na interpretação dos comportamentos observados.

### 3 REVISÃO DA LITERATURA

#### 3.1 SOCIEDADE, DEMOCRACIA E CIDADANIA

Discorrer sobre sociedade fica sem sentido se não houver um tratamento teórico-evolutivo.

BOBBIO (1992, p. 1) afirma que a cidadania, a democracia e, por conseguinte, uma sociedade fundada na harmonia, são três momentos necessários do mesmo movimento histórico: “sem direitos do homem reconhecidos e protegidos, não há democracia; sem democracia, não existem condições mínimas para a solução pacífica dos conflitos. Em outras palavras, a democracia é a sociedade dos cidadãos, e os súditos se tornam cidadãos quando lhes são reconhecidos alguns direitos fundamentais.”

A propósito, RICHARDSON (1999, p. 65) demonstra que na tentativa de “definir o conceito de sociedade, de forma complexa, ou seja, tomando como parâmetro as sociedades consideradas atualmente avançadas”, perceber-se-á “que essas sociedades, para terem chegado ao nível atual, passaram por estágios de evolução simples (estágio primitivo) ao intermediário, até a fase atual de complexidade”, de forma que é prudente e oportuno destacar algumas importantes correntes filosóficas que abordam o tema.

Destarte, é célebre a afirmação de Aristóteles, cerca de 300 a. C., de que o homem é um ser social. Este axioma pacificou-se entre os pensadores medievais e, principalmente entre os modernos, segundo os quais a vida societária trata-se de um aspecto da própria natureza, em especial da própria natureza humana.

Foi através da teoria contratualista de Hobbes e Rousseau que aparecem as primeiras divergências acerca da teoria naturalista, apesar desta continuar hegemônica entre a maioria dos filósofos e cientistas, porquanto resgatada pela Psicologia moderna ao reafirmar ser o homem um ser gregário. (NORONHA, 1998, p. 28-29)

Para Hobbes, o homem, em sua fase primitiva, vivia isolado e em absoluta liberdade. Nessa independência, os homens se mostravam desprovidos de moral e extravasavam seu egoísmo violento num mundo permanentemente em guerra: *homo homini lupus* (o homem é o lobo do homem).

Para garantirem a sobrevivência, os homens resolveram fazer o pacto social, em que todos abririam mão de uma parcela de sua auto-determinação e entregariam à autoridade de um príncipe (o Leviatã), dessa forma criando, artificialmente, a sociedade civil, a qual era dirigida pelo autoritarismo arbitrário.

Ao contrário de Hobbes, Rousseau imaginava o contrato social de forma oposta: o homem, originariamente, vivia livre e feliz, em contato direto com a natureza. Em dado momento, esse homem reconheceu que a vida associativa lhe daria certas vantagens, embora prejudicasse sua liberdade, e, conseqüentemente, sacrificasse sua felicidade. E o contrato social justamente visaria lograr aqueles benefícios, em que pese a tendência de retorno ao estado primitivo e natural.

Hobbes afirmava que o homem nascia mau: a sociedade é que o “punha nos eixos”, assim mesmo sob a autoridade implacável do Leviatã. Rousseau, por sua vez, dizia que o homem nascia bom e feliz: a sociedade é que o pervertia, tornando-o mau e infeliz, razão pela qual recomendava o governo liberal, em que as obrigações civis ferissem menos a liberdade de cada um.

Essa dicotomia, apesar de antiga e superado o conceito de contrato social, vez por outra teima em vir à tona, e tem importância neste trabalho visto que permite a abstração acerca das origens da escassez de participação popular, em especial no que se refere às questões da segurança pública.

Ultrapassando este problema, requer-se a conceituação do que vem a ser sociedade hodiernamente, posto que o termo sociedade chega a ser ambíguo, conquanto suas aplicações sejam analógicas (NORONHA, 1998, p. 31).

A sociedade humana pode ser sinônimo de humanidade, ou estrutura social distinta das sociedades animais.

Também pode ser empregada no sentido de nação ou Estado.

ZAFFARONI e PIERANGELI (1997, p. 96) afirmam que por sociedade pode-se entender duas coisas:

- a) um ente superior de que dependem os homens que a integram;
- b) a relação inter-humana mesma, ou seja, o fenômeno da coexistência.

No primeiro sentido, a sociedade pode ser entendida como o organismo do qual os homens são células, ou melhor, em uma concepção antropomórfica, a sociedade seria um gigantesco ente, composto de corpo e alma. Seja na concepção organicista ou antropomórfica da sociedade, esta é concebida como um ente superior ao homem.

Para PIERSON (1972, p.69), também há duas concepções de sociedade:

Do ponto de vista do senso comum, a sociedade tem sido concebida: 1) como a soma total de todas as instituições, tais como o casamento, a religião, o estado, a propriedade, etc; 2) como mero conglomerado de pessoas. A primeira destas definições identifica a sociedade simplesmente como estrutura social e, conseqüentemente, a faz estática, exterior às pessoas e, até certo ponto, irreal. O termo, tal como é ordinariamente empregado neste sentido, é vago, sem clareza e de difícil compreensão, de um ponto de vista realístico. A segunda concepção, a que encara a sociedade como simples conglomerado de pessoas, é altamente superficial. É uma definição 'física' e não 'social'. [sic]

Ao finalizar, assevera que:

A sociedade é mais que mero agregado físico. As pessoas sentadas juntas num bonde, por exemplo, não constituem, '*ipso facto*', uma sociedade. Nas sociedades, as pessoas não estão relacionadas umas às outras simplesmente como os tijolos em pilha estão relacionados entre si. Relacionam-se mediante uma teia de 'atitudes e sentimentos comuns', um emaranhado de 'compreensões e expectativas de comportamento comuns'. [sic]

É este, em termos ideais, o sentido de sociedade adotado neste trabalho, ou seja, o de grupo social, que para NORONHA (1998, p. 30) "é a interação de dois ou mais indivíduos em face de um ou mais fins comuns". O objetivo é que determina o grupo, condicionando-lhe a natureza e demais particularidades. Portanto, todo aquele grupo social cujos objetivos são estáveis e, conseqüentemente, sedimentam-se no tempo e no espaço, recebem o nome genérico de sociedade.

DURKHEIM (1998, p. 35) divide as sociedades em dois tipos fundamentais:

- a) aquela em que seus componentes eram ligados por uma solidariedade mecânica, resultante da identidade das consciências individuais dos *socius*;
- b) aquela em que seus elementos eram aglutinados por uma solidariedade orgânica, resultante das diferenças existentes entre eles, tanto quanto da própria estrutura social, conseqüentes da divisão do trabalho que se implanta em toda sociedade complexa.

O primeiro tipo, segundo NORONHA (1998, p. 36), corresponde à comunidade, onde a coesão social flui precisamente da semelhança no modo de agir, pensar e sentir dos *socius*. E continua afirmando que:

A vivência comum desse meio é muito semelhante ao que existe no interior de famílias, bem assim dos grupos sociais homogêneos. A ofensa com que um estranho fere um membro da comunidade, geralmente atinge o grupo todo; e vice-versa, qualquer hostilidade ao grupo, é sentida pelos seus integrantes, como se cada um fosse visado. Eis porque toda comunidade é essencialmente xenófoba, inimiga de estranhos. Repugnam-lhe as inovações, as tentativas de alterar seu *modus vivendii* ou de algum modo afetar os valores que formam sua consciência moral. (NORONHA, 1998, p. 36)

Com isto, as forças imanentes da comunidade, inclusive suas sanções repressivas, concorrem para a uniformização das partes e, como decorrência, para a coesão mecânica do todo, como se os indivíduos fossem apenas células de um mesmo corpo.

Nas sociedades propriamente ditas, evoluídas, complexas, predomina a solidariedade orgânica, que resulta da dissemelhança no modo de pensar, sentir e agir dos indivíduos.

A coexistência de idéias contrárias é própria da sociedade democrática da qual se ocupa este trabalho. Democracia, portanto, revela-se importante estudo para se compreender o fenômeno da participação comunitária.

A Constituição Federal promulgada em 1988, “prolixa e mal elaborada, porém bem intencionada” (CIESLAK, 2002, p.133), é um marco para a democracia

brasileira, pois estabelece a possibilidade de participação popular em diversos estamentos, outrora reservados apenas ao Poder Público.

É o caso da segurança pública, que, embora dever inalienável do Estado, é, também, direito e responsabilidade de todos (BRASIL, 2000, p. 72).

Não há dúvidas quanto ao papel primordial do Estado na consecução da Segurança Pública, uma vez que esta, em seu próprio conceito, traz ínsito esse dever, conforme ensina MOREIRA NETO (*apud* VALLA, 1999, p. 9) ao mencionar que “é o conjunto de processos políticos e jurídicos destinados a garantir a ordem pública na convivência de homens em sociedade.”

O mesmo MOREIRA NETO (1994, p. 43-44) deixa clara a necessidade de participação de toda a sociedade no processo:

A prestação administrativa dessa atividade [Segurança Pública], função do Estado, é, portanto, um poder-dever, tal como, enfaticamente, o confirma a Constituição no artigo 144, *caput*. A sociedade, embora transferindo ao Estado o monopólio da coerção, tem, ainda assim, o dever de colaborar ou, pelo menos, de não estorvar aquela prestação estável da segurança pública. A Constituição a torna “responsabilidade de todos (art. 144, *caput*)” mas, é claro, sempre nos termos da lei, pois “fazer ou deixar de fazer alguma coisa” é liberdade individual que se submete ao princípio da reserva legal.

Não é com outra intenção que CONCEIÇÃO (1995, p. 51) relaciona o Estado Democrático de Direito, erigido pela Constituição Federal desde 1988, e fundado nos princípios da igualdade, da justiça, da liberdade, da segurança, do bem-estar e do desenvolvimento, com a necessidade de participação popular na formulação de todas as políticas que lhe digam respeito, dentre elas a Segurança Pública:

Sem dúvida, o Estado Democrático de Direito, constitui uma concepção complexa, sendo possível reconhecer-lhe diferentes graus de conscientização. Na essência, pressupõe ele que se assegure à sociedade uma ampla liberdade para formular os seus valores básicos de referência, e a possibilidade de permanente aperfeiçoamento dos mecanismos de sua efetiva realização.

O pressuposto democrático do Estado Brasileiro, como assevera DIAS NETO (2000, p.13), assegura “que os cidadãos devem possuir mecanismos de controle sobre as decisões estatais”. Mas o que se percebe é uma participação ainda incipiente, em que pese existir no Brasil, quantitativamente, um sem número de organizações não-

governamentais, associações de bairros, clubes de serviço e congêneres que, apesar de muito discutirem e cobrarem das autoridades, pouco ou quase nada fazem para, efetivamente, promover a Segurança Pública.

Isto está diametralmente oposto à lição de BLOCH e BALASSIANO (1998, p. 2-10), que concebem democracia estando “ligada ao fortalecimento do poder local, à conquista do direito à participação da sociedade na gestão pública, à implementação de políticas que visem à melhoria da qualidade de vida da população e ao reconhecimento da diversidade enquanto parte da cidadania.”

Democracia pressupõe o exercício da cidadania. Cidadania que tem, segundo PRATA (1999, p. 10-13), os seguintes contornos:

A cidadania tem também as fundamentais características do altruísmo e da solidariedade. O cidadão deve levar em conta as preferências e o bem de outros, não só os seus. Como cidadãos, podemos chegar a aceitar decisões que vão contra nossos interesses, uma vez que essas decisões tenham sido tomadas de forma correta ou em benefício da sociedade. A cidadania envolve, enfim, o desenvolvimento de um nível mais alto de consciência.

A democracia e o exercício da cidadania exigem, de fato, consciência, a qual importa, efetivamente, na participação:

Tal consciência deve exigir um elevado grau de envolvimento e participação – nos processos eleitorais, de avaliação e formulação das políticas públicas. A construção de um novo Estado não pode prescindir da construção de uma nova e forte cidadania. Reformar o Estado é delinear também um novo papel para o cidadão. (...) A *cidadania eficiente* assume que os cidadãos agem: monitoram órgãos públicos e fazem com que suas preferências sejam conhecidas. Sob este posto de vista, a reforma do Estado requer o *empowerment* do público através de educação para a cidadania e constante troca de informações entre governo e cidadãos. A autora conclui que a tarefa mais difícil é *reinventar* o nosso próprio papel como cidadãos ativos: a natureza humana e as complexidades de nossa sociedade nos impedem de aceitar o papel de proprietários do governo, o qual, sem nossa participação, poderia, no máximo, obter sucesso parcial em suas reformas. (...) Assim, surge a possibilidade de que os cidadãos, organizados em associações, estabeleçam uma parceria com seu Estado para atender a importantes necessidades humanas. Podemos estar, então, assistindo ao que seria a emergência de uma nova metáfora: a do *cidadão-parceiro*, um conceito que, a nosso ver, corresponderia a uma representação mais justa e adequada da relação cidadão - Estado, conferindo-lhe um caráter de igualdade, respeito e identidade de interesses. (PRATA, 1999, p. 10-13)

Aliás, a legitimação dos regimes democráticos passa necessariamente pelos

valores como a participação, governabilidade e eficiência, a questão dos canais de mediação que os garantem e se estabelecem pela descentralização e fortalecimento do poder local.

Para BOBBIO (1992, p. 119) a democracia “atribui a cada um individualmente do mesmo modo como a todos os outros, o direito de participar livremente na tomada de decisões coletivas”.

A cidadania, por sua vez, é um meio de proteção e uma condição para o exercício de direitos.

É através do exercício da cidadania que a comunidade pode constituir novos vínculos e identidades sociais, redefinindo formas inovadoras de solidariedade.

Apesar de ser aparentemente fácil a compreensão dos conceitos de sociedade, democracia e cidadania, percebe-se que surgem dificuldades incomensuráveis à medida em que se tenta contextualizá-los junto a um ambiente real, heterogêneo, contraditório, como é a própria sociedade brasileira, incluindo a de Londrina.

Isto é assim porque a questão da cidadania não é apenas normativa e doutrinária, mas sociológica: apura-se também no plano dos fatos que compõem (e afetam) a vida dos seres humanos. Assim, importa também verificar a cidadania efetivamente experimentada pela sociedade, pois, para além das teorias e normas, está a vida de cada ser humano que constitui a sociedade. De pouco adianta propagar que cada um é agente de seus destinos político, social, econômico, jurídico, se não há condições fáticas para que isto ocorra. Este ser humano que se crê agente é, antes de mais nada, um objeto da cultura: ela o precede e o forma. Pensa agir em liberdade, mas age de acordo com os parâmetros da “normalidade” desse tempo histórico.



### 3.2 LONDRINA: PROJETO ARROJADO, RESULTADO DESASTRADO

Londrina está situada no Norte do Paraná, uma região de terra roxa, muito fértil. Região que, até poucas décadas, era uma extensa floresta, e cuja colonização foi realizada principalmente por mineiros e paulistas, que foram chegando à área entre 1904 e 1908. Em curto espaço de tempo, a região foi sendo tomada por grandes propriedades cujos donos, em geral, as subdividiam em pequenas parcelas vendidas como lotes urbanos ou rurais. (LONDRINA, 2001, p. 2)

Em 1929, surge como primeiro posto avançado do projeto inglês tocado pela Companhia de Terras Norte do Paraná. No local denominado Patrimônio Três Bocas, foi fincado o primeiro marco nas terras onde surgiria Londrina, homenagem prestada a Londres – “pequena Londres”. A criação do Município ocorreu cinco anos mais tarde, através do Decreto Estadual nº 2.519, assinado pelo interventor Manoel Ribas, em 3 de dezembro de 1934, e uma semana depois, a 10 de dezembro, efetivou-se a instalação do governo, data em que se comemora o aniversário da cidade. (LONDRINA, 2001, p. 4)

A história oficial esconde alguns pormenores que são fundamentais para a compreensão da sociedade de Londrina, sobretudo no que concerne à participação comunitária e conseqüentes influências na segurança pública.

SILVEIRA (1997, p. 51) trata da questão da seguinte forma:

Londrina já nasce articulada às necessidades da expansão do capital, num momento de profundas transformações na realidade sócio-econômica e política da vida brasileira – os anos 30. As representações que são desenvolvidas e que marcam dominantemente o espaço público estão estreitamente articuladas às condições que as determinam. Assim, tais representações não podem ser pensadas sem se ter em conta as determinações de um mercado que escapa ao controle dos agentes locados em sua territorialidade, e que os tornam permeáveis e extremamente suscetíveis às injunções que lhes são externas, ainda que não estranhas, exigindo o refazer constante de representações que legitimam a dominação de uns sobre os outros.

A década de 40 é marcada, em Londrina, pela sedimentação e consolidação do projeto urbano, o que se refletiria nas décadas seguintes. Isto é verdadeiro pois, se em 1934 existiam 1.346 habitantes na área urbana, em 1945, o Município passou a ter

55.500 habitantes, dos quais 22.500 na área urbana e 33.000 na área rural. Em 1950, o contingente de população urbana já equivalia ao rural, sendo 34.230 residentes na zona urbana e 37.182 no campo. (SILVEIRA, 1997, p. 57)

Acerca desse período, destaca ROLIM (1999, p. 64) as contradições havidas em razão das desigualdades sociais:

Com o crescimento econômico, as transformações urbanísticas e o aspecto suntuoso das construções arquitetônicas, na década de 50, as elites procuravam inserir a cidade de Londrina nos padrões de modernidade. Entretanto, mesmo nos discursos mais ufanísticos, apareciam as demonstrações de uma certa apreensão diante da presença de grupos populares pelas ruas. Com isso ia crescendo a percepção de que a cidade, espaço social da diversidade, era portadora de ‘ameaças’ e ‘perigos’ definidos como desestabilizadores e intoleráveis.

A imprensa foi, nesta época, um grande veículo propagador desse temor ao “dispensar espaços enormes para noticiar os passos dos novos personagens que roubaram a cena com papéis inusitados e passaram a atuar como protagonistas no cenário citadino.” (ROLIM, 1999, p. 64)

Assim, conforme lição de BACZO (*apud* ROLIM, 1997, p. 65), os meios de comunicação social exerciam o “controle do imaginário social, da sua reprodução, difusão e manejo”, asseguravam “em graus variáveis uma real influência sobre os comportamentos e as atividades individuais e coletivas, permitindo obter resultados práticos desejados, canalizar energias e orientar esperanças.”

Estruturou-se uma imagem depreciativa em relação às experiências desenvolvidas pelos agentes sociais nas ruas da cidade, pois, a cada prática de vida fora do âmbito legitimado, buscavam-se de todas as formas a rápida desvalorização e desmoralização das atitudes, através da utilização de frases de efeito e metáforas bem construídas. (ROLIM, 1997, p. 65)

Um jornal da época demonstra o nível de pressão sobre a Polícia, ao influenciar e interferir na sua linha de ação, opinando pelo controle social mais rígido, pois “o marginalismo nos grandes centros é o principal responsável pelo aumento dessa sorte de crimes, tanto mais acentuado quanto mais flagrantes e definidos os

desajustamentos econômicos geradores de hordas sempre maiores de desocupados”. (ROLIM, 1999, p. 84)

Diante desse quadro, as elites cobravam maior rigorosidade no combate aos criminosos, ajudadas sempre pelos meios de comunicação:

Por sua vez, os jornais noticiavam que a população sentia-se ameaçada face ao avanço vertiginoso da criminalidade. Denunciavam que a instituição policial, por estar completamente desaparelhada, não tinha condições de reprimir e muito menos de proteger a sociedade contra a prática desses crimes. Assinalavam que a situação havia chegado a este patamar porque ‘falta de recursos, em homens e material (...) permitira e fora a causa única da invasão de toda a sorte de desajustados, desde o malandro vulgar e o ladrão barato, o batedor de carteira, o vigarista e o falsário, até o sanguinário e frio indivíduo da prática do latrocínio’. (ROLIM, 1999, p. 85).

Com tais posicionamentos, “a imprensa assumiu, ao nível do discurso e da opinião pública [*sic*], um papel destacado na tarefa de combater supostos criminosos. Não só tornando pública, com detalhes, a ação dos delinqüentes através de extensas matérias, como chegando a enviar telegramas ao Chefe de Polícia, pedindo imediatas providências” (ROLIM, 1999, p. 86):

Atendendo a constantes queixas e reclamações da população da cidade, vimos a presença de V. Senhoria informar que Londrina se vê tomada por onda de perigosos assaltos e roubos. A Polícia daqui desaparelhada e impotente ante a proporção da coisa, e não pode perdurar a situação. Esperam-se providências imediatas desta Chefatura. A Delegacia encontra-se acéfala, praticamente e seu expediente a cargo apenas do suplente de Delegado. [*sic*]

Esse papel tornou-se constante nas décadas seguintes, como será demonstrado alhures.

O discurso oficial na tentativa de justificar a intranqüilidade não diferia muito do atual. KOWARICK (1988. p. 39-56) assim se reportou:

Autoridades municipais, como Juizes, Delegados e Prefeitos e também estaduais, como Governadores, Deputados e Chefes de Polícia defensores de uma maior rigorosidade no tratamento da criminalidade afirmavam que Londrina, ao atingir esse porte, estava sujeita a males, conseqüências da modernização. Era o ‘preço do progresso’. Todavia, o sistema social seria capaz de ‘incorporar’ os grupos marginais, na medida em que, a sociedade em desenvolvimento percorreria suas diversas etapas históricas até chegar ao estágio ‘pleno de modernidade’. Com isso, os que estavam excluídos, com o tempo se ‘integrariam’, pois é atributo dessa sociedade moderna absorver esses segmentos sociais, a partir do momento que ativa o desenvolvimento econômico. [*sic*]

No início da década de 60, conforme ROLIM (1999, p. 161), os jornais voltavam a destacar as questões de segurança pública “que o ‘povo honesto e obreiro’ da ‘urbe’ estava enfrentando. E, mais uma vez, numa concepção reducionista, o aparelho policial aparecia como a instância privilegiada para combater o ‘aumento da criminalidade’. A tônica era de aperfeiçoar as técnicas repressivas e enrijecer as ações do aparelho policial para assegurar a ordem.”

Nessa época, a cultura do café era a grande responsável pelo crescimento populacional, tanto no campo como na cidade. Em 1960, o censo do IBGE registrava uma população para o Município de 134.821 habitantes, sendo 77.382 na área urbana e 57.439 na rural, a uma taxa de crescimento anual de 6,60% e, apesar do café entrar em declínio a partir de meados dos anos 60, o ritmo do crescimento desses anos manteve-se próximo da taxa do decênio anterior, com 5,40%. (SILVEIRA, 1997, p. 63)

É nesse período que, em razão do êxodo do meio rural para a cidade, começam a surgir disparidades sociais mais flagrantes e que podem ser consideradas como a gênese dos atuais problemas urbanos em Londrina. A esse respeito, trata SILVEIRA (1997, p. 64-65) nos seguintes termos:

Nessa época, a cidade resultava dividida a partir de critérios de salubridade – são os bairros arejados e arborizados das classes de renda média e alta, o centro, [...]. Na periferia fica a cidade tolerada, edificada ao sabor do quanto pode-se pagar, é o lugar dos destituídos da equivalência de direitos, o lugar insalubre para onde se dirigem os olhares vigilantes daqueles que por não os reconhecerem dotados de direitos precisam vigiá-los para mantê-los afastados, pois o seu modo de vida fere tudo aquilo que querem fazer crer como válido, como a ordem boa de um mundo civilizado. Olhar vigilante que só os integra ao mundo ‘civilizado’ pela coerção, pela repressão, porque é a única forma de serem percebidos; porque a lei ao ignorar-lhes a condição de vida não lhes atribui direitos, mas a subordinação a uma ordem heteronomamente instituída. Portanto, é na experiência que se faz pelo avesso da ordem instituída. [sic]

Os problemas sociais eram encarados com preconceito pela sociedade mais privilegiada, o que não surpreende, visto que até hoje essa omissão é percebida, bastando olhar para a periferia de qualquer cidade para se constatar isso. Londrina não era (e não é) diferente. Basta, para tanto, perceber o que ALMEIDA (1995) menciona acerca do mesmo período histórico que se está tratando (ontologicamente, passados

quase 50 anos, o problema não é diferente):

Assim, conviviam a Londrina desejada com a indesejada, a Londrina do centro e a da periferia, aquela das vilas, de ruas esburacadas, com falta de saneamento, uma população cujo padrão de vida incomodava a próspera sociedade londrinense, mas que, apesar de todo controle policial, insistia em ocupar os logradouros públicos: camelôs, pedintes, prostitutas, malandros, contraventores, desempregados; todos iguados pelo olhar desaprovador dos guardiões da ordem da cidade moderna, e, igualmente, todos sujeitos ao tratamento repressivo que a boa sociedade exigia de sua polícia. (ALMEIDA, 1995, p. 181)

Entre 1960 e 1970, a população do município de Londrina cresceu 69%, passando de 134.821 para 228.101 habitantes, sendo que o crescimento da população urbana correspondeu a 111%, saltando de 77.382 para 163.528, enquanto que a população rural cresceu apenas 12,5%, ou seja, de 57.439 habitantes, em 60, para 64.573 em 70. (SILVEIRA, 1997, p. 69)

Os problemas foram-se agravando e nos anos 70 “a cidade vivia um crescimento desordenado, com muitos loteamentos irregulares fazendo surgir bairros e vilas distantes com um mínimo de infraestrutura [*sic*], ao mesmo tempo em que os vazios urbanos que foram ficando à espera de valorização davam lugar a favelas” (SILVEIRA, 1997, p. 96), problemas estes que, da mesma forma como se esperava no final dos anos 50, seriam superados a partir do crescimento econômico, pois era necessário que “o bolo crescesse a fim de reparti-lo”, conforme célebre frase do ex-ministro da Fazenda e atual deputado federal, Antônio Delfim Neto.

Chegam os anos 80 e com eles os ventos da abertura democrática: Diretas já, eleições presidenciais (indiretas!); constituinte, e enfim democracia plena com a Constituição de 1988. Década marcada pela vivência dos setores populares com experiências públicas, de participação social e política na vida da cidade.

Desde meados da década de 1970 o país está-se transformando politicamente, mudança cujo início mais evidente ocorreu em 1985, quando o país, apesar de todos os problemas institucionais remanescentes, se tornou a terceira mais populosa democracia mundial, logo após a Índia e os EUA. [*sic*] (MENDES et al., 1993, p.5)

Londrina contava, então, com 301.711 habitantes, sendo 266.940 na zona urbana (88,48%) e 34.771 (11,52%) no meio rural. Com o crescimento populacional

na ordem de 32,3% na década, logicamente que os problemas urbanos foram agravados, sobretudo aqueles que se referiam à segurança pública. É importante ressaltar que o êxodo rural, por ter acontecido com uma intensidade muito grande e exatamente por não ser planejado, acarretou problemas urbanos quanto à infraestrutura básica, especialmente quanto à habitação.

Some-se a tudo isso, as inconseqüentes políticas municipais populistas do final da década de oitenta e meados de noventa, que fizeram com que houvesse um inchamento das periferias, agravando ainda mais o quadro apresentado.

É nessa mesma época que se manifestam no cenário público, com mais intensidade, diversas formas de organização da sociedade civil, sobretudo das classes populares, dentre elas as Associações de Moradores (AMs), as quais representaram um significativo esforço na construção da cidadania naquela década e nas seguintes.

A elas, SILVEIRA (1997, p. 72) refere-se da seguinte forma:

As AMs se constituíram, para os setores populares, num importante espaço de manifestação social e política, que tanto serviu e serve à mobilização induzida pelo poder público como forma de controle das demandas dos moradores e difusão de suas políticas, quanto espaço de organização e mobilização dos setores populares na resistência à segregação social e política; com efeito, espaço de conformismo e resistência, de dominação, mas, também de construção de espaço público, de articulação com outros movimentos sociais, de visibilidade política e, especialmente, como espaço de construção da cidadania. (sem grifo no original)

Em um diagnóstico preciso, MENDES et al. (1993, p.5) reconhece a importância das associações no processo, visando buscar a melhoria da qualidade de vida das comunidades:

... a terceira transição diz respeito ao modelo que considerava os avanços sociais como consequência natural do desenvolvimento econômico para um outro modelo em que a dívida social com os marginalizados do progresso tem de ser considerada item prioritário da agenda nacional. Atualmente, já há uma nova consciência que privilegia o atendimento das necessidades básicas do homem brasileiro em áreas tais como a nutrição, educação, saúde e saneamento, habitação, vestuário e transporte de massa. Uma demonstração dessa nova consciência é evidenciada pelas várias associações londrinenses, preocupadas com melhores alternativas para o Município.

O crescimento populacional de Londrina continua constante na década de 90,

atingindo a cifra de 390.100 habitantes, dos quais 94% (366.676 habitantes) no meio urbano e 6% (23.424 habitantes) na zona rural.

Ultrapassado o novo milênio, atinge-se o número de 446.822 habitantes, sendo que a relação da população no meio urbano para o meio rural continua a ser cada vez mais absurda, pois 96,96 % (433.243) dos habitantes estão na cidade e apenas 3,04% (13.579) vivem no meio rural.

Inicialmente projetada para ter uma população de no máximo 30 mil habitantes, Londrina tem atualmente quase 450 mil habitantes. Quando se considera o acréscimo resultante da população flutuante diária, oriunda dos municípios vizinhos, pela sua condição de centro polarizador, ressaltam os vários problemas urbanos enfrentados por Londrina.

Com relação aos dados demográficos, o crescimento populacional de Londrina apresentou um ritmo muito acelerado, devido à forte atração exercida tanto pela expansão cafeeira como pelo fato de ter sido o primeiro núcleo urbano do projeto colonizador do Norte do Paraná. Assim, entre 1950 e 2000, cinquenta anos, portanto, a população londrinense multiplicou-se seis vezes.

Enquanto o Estado do Paraná teve uma taxa anual de crescimento demográfico levemente inferior a 1% nos últimos 30 anos, a taxa para o Município de Londrina foi de 2,6%.

Convém destacar que foi no meio urbano que Londrina teve o crescimento mais elevado (5,1% ao ano), saindo da casa dos 77 mil habitantes em 1960 para mais de 430 mil, atualmente. O processo de urbanização de Londrina se acelerou a partir da década de 1960, firmando-se na década seguinte, quando na sua área urbana já se concentrava mais de 70% da população do Município. Com quase a totalidade da população residente no meio urbano no início do ano 2000 (TABELA 3), pode-se ter a idéia do tamanho dos problemas sociais que são enfrentados pela cidade.

TABELA 3 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE LONDRINA - 1950 - 2000

POPULAÇÃO							
Ano	Urbana		Rural		Total		Taxa de Crescimento Geométrico (%)
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
1950	34.230	47,93	37.182	52,07	71.412	100	...
1960	77.382	57,40	57.439	42,60	134.821	100	6,6
1970	163.528	71,69	64.573	28,31	228.101	100	5,4
1980	266.940	88,48	34.771	11,52	301.711	100	2,82
1991	366.676	94,00	23.424	6,00	390.100	100	2,36
1996	396.121	96,02	16.432	3,98	412.553	100	...
1997	...	...	...	...	...	100	...
1998	...	...	...	...	...	100	...
1999	...	...	...	...	...	100	...
2000	433.243	96,96	13.579	3,04	446.822	100	...

FONTES: Censos Demográficos 1950, 1960, 1970, 1980, 1991; Contagem da População 1996 (IBGE); Censo 2000 – IBGE;

### 3.3 A PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA NA SEGURANÇA PÚBLICA EM LONDRINA

Quando se fala da participação comunitária, não se pode esquecer das diversas entidades da sociedade civil organizada que se preocupam e estão engajadas com o tema segurança pública. Podem ser citadas no elenco algumas organizações não-governamentais (ONGs), como o Conselho Comunitário de Segurança (Conseg) e o recente Movimento pela Paz (MovPaz); associações de classe, como a Associação Comercial e Industrial de Londrina (Acil); clubes de serviço, como o Rotary e o Lyons; igrejas, principalmente através das pastorais. É imperativo lembrar também das atuações individuais, muitas vezes anônimas, que muito contribuíram e contribuem para a segurança pública.

Muito embora tais pessoas e entidades sejam participativas e representem uma parcela significativa da comunidade, entende-se que a mais genuína forma de participação comunitária é através das associações de moradores dos bairros. Genuína, por ser a mais legítima instância representativa dos cidadãos, em razão de sua proximidade e da espontaneidade como surge no âmbito local.



### 3.3.1 As Associações de Moradores (AMs)

A cidadania está relacionada à vida pública, conforme a concepção original da experiência grega através da *polis*, e diz respeito à capacidade dos homens de participarem diretamente da política. Correspondia ao exercício da liberdade, da ação, que, por ser livre, não podia prescindir da companhia de outros homens igualmente livres – livres das necessidades, livres do jugo de outros homens, bem como livres de subjugarem outros. (SILVEIRA, 1997, p. 181)

Interessante que *polícia* provêm da mesma raiz etimológica – *polis* – (CIESLAK, 1997, p. 5) e está voltada, modernamente, não só à garantia do exercício da cidadania, antes, porém, à própria promoção dos direitos a ela imanentes (VALLA, 1999, p. 67).

A ação política, que compreende e decorre da convivência pública de homens livres e iguais, corresponde à autonomia, à capacidade de os homens construírem, democraticamente, suas regras de convivência mediante o uso público da palavra, como persuasão, pois, dado que o espaço público é constituído de cidadãos – homens livres e iguais – não há espaço para a violência, uma vez que é o respeito à alteridade, o reconhecimento do outro como igual.

Espaço público, entende SILVEIRA (1997, p. 51), é aquele constituído pela pluralidade de sujeitos, como espaço político organizado e no qual os indivíduos se tornam cidadãos – agentes autônomos na construção de regras que presidem sua convivência.

A nova noção de cidadania, trazida pelos movimentos sociais, que rompeu com a noção liberal de cidadania centrada no indivíduo, não sugere apenas atores sociais participando da vida política, reconhecidos em espaços de negociação e deliberação conjunta; sugere, também, um sentido de responsabilidade pública na qual investem os atores envolvidos, a defesa de um interesse público, que não é, senão, o recíproco reconhecimento da alteridade, da existência da pluralidade dos atores sociais como legítimos sujeitos de direitos.

É nesse espaço que se inserem as Associações de Moradores (AMs), as quais tiveram grande participação no processo de consolidação da representação popular junto aos Poderes Públicos a partir do final da década de 70.

Foi somente na década seguinte, com a instauração de uma nova ordem jurídica, que se reconheceu “a representação de uma sociedade pautada nos direitos fundamentais da pessoa humana” (SILVEIRA, 1997, p. 1).

De fato, a “Constituição Cidadã” de 1988, garantiu, pelo menos formalmente, essa possibilidade, conforme ensina SILVA (2001, p. 123):

A democracia que o Estado Democrático de Direito realiza há de ser um processo de convivência social numa sociedade livre, justa e solidária (art. 3º, I), em que o poder emana do povo, e deve ser exercido em proveito do povo, diretamente ou por seus representantes eleitos (art. 1º, parágrafo único); participativa, porque envolve a participação crescente do povo no processo decisório e na formação dos atos de governo; pluralista, porque respeita a pluralidade de idéias, culturas e etnias e pressupõe assim o diálogo entre opiniões e pensamentos divergentes e a possibilidade de convivência de formas de organização e interesses diferentes da sociedade; há de ser um processo de liberação da pessoa humana das formas de opressão que não depende apenas do reconhecimento formal de certos direitos individuais, políticos ou sociais, mas especialmente da vigência de condições econômicas suscetíveis de favorecer o seu pleno exercício.

Apesar de a conjuntura socioeconômica mostrar-se extremamente grave para os menos favorecidos, percebe-se a existência de uma sociedade civil mais organizada e atenta na exigência do cumprimento de seus direitos, em todos os seus segmentos sociais, o que põe alento à perspectiva de se construir uma sociedade democrática, justa e livre.

Há, porém, críticas a respeito da participação popular. Nesse sentido CARDOSO (1984 e 1988) e JACOBI (1989), citados por SILVEIRA (1997, p. 14) afirmam que “ (...) embora os movimentos sociais tenham sido importantes no processo de redemocratização do país (anos 70/80), tais movimentos mostram-se, pelo caráter fragmentado de suas práticas, incapazes para produzirem um espaço crítico articulado aos demais setores da sociedade e/ou sensibilizarem o poder do Estado no sentido de sua transformação”. Ou então, “(...) a prática dos movimentos se restringe ao âmbito dos bairros (particularmente com relação aos movimentos que se dão em

torno de reivindicações específicas e localizadas), tendo assim, um alcance limitado (GOHN, 1982; KOWARICK, 1983; CARDOSO F.H., 1981).”

Em que pese as críticas, “as Associações de Moradores caracterizam-se como espaço político de construção de novas formas de representação e afirmação de direitos sociais, bem como de um aprendizado político que, independentemente de seu alcance e peso político nas relações com o poder público estatal, forjam uma ‘cultura política’ inovadora (SILVEIRA, 1997, p. 15)”.

Em Londrina, pode-se dizer que as Associações de Moradores passaram por três fases (SILVEIRA, 1997, p.89): a primeira, entre 1968 e 1982, onde ocorreu a formação das Associações a partir de políticas claramente segregacionistas da Companhia de Habitação em Londrina (COHAB-LD); a segunda, entre 1983 e 1992, período marcado pela intensificação do processo de lutas sociais e políticas pela redemocratização, época em que surge a Federação das Associações de Moradores (FAMs) com o argumento de unificar suas lutas. E, por derradeiro, que pode ser considerado contemporâneo, o período pós-1993, com a efetiva participação das AMs na gestão pública através de espaços institucionalizados como a Conferência de Saúde, de Habitação, os Conselhos Municipais Setoriais, e, em especial, o Orçamento Participativo. Foi um momento muito importante para a cidade e para as AMs, como espaço para mobilização e organização dos setores populares. Entretanto, é nesse mesmo período que ocorre um declínio do movimento popular pois:

Após as conquistas extraordinárias, coroadas com a Lei Orgânica (CF 88), que fez com que os novos atores tomassem seu lugar positivo no espaço público, fazendo parte do ver, falar e ouvir, ficou, passada a euforia inicial, uma sensação estranha de não saber como fazer valer direitos, de como fazê-los prevalecer sobre a sociedade de mercado – cada vez mais excludente – uma realidade sócio-econômica que, a rigor, debilita, em última instância, a capacidade das classes populares em fazer valer suas prerrogativas de direitos. (SILVEIRA, 1997, p. 234)

Conhecer essas fases é importante, pois as atividades desenvolvidas em cada uma delas influenciam, mesmo que transversalmente, os assuntos relacionados à segurança pública.

### 3.3.1.1 Primeira fase das Associações de Moradores

A primeira manifestação de uma Associação de Moradores foi em 1968 com a SABBI (Sociedade Amigos dos Bairros Jardim Bandeirantes e Vila Industrial): passou a se chamar Associação de Moradores do Jardim Bandeirantes, Vila Industrial e Circunscrição somente em 1986.

Segundo SILVEIRA (1997, p. 95), suas práticas reivindicativas, conforme mostram suas atas, compreendem, desde a simples reivindicação de caminhão pipa para molhar as ruas empoeiradas, à capina de terrenos vazios que serviam de esconderijo de “marginais” – problema comum a quase todas as AMs dos bairros periféricos – passando pela iluminação pública, telefone público, vestiários para cancha de esportes, construção de ponte sobre o córrego Cambezinho para facilitar o acesso à Universidade, posto policial, mais vigias na escola, até a reivindicação de agência bancária, feita por carta diretamente ao Banco Central, e reforçada por abaixo-assinado com participação dos comerciantes da área, moradores e autoridades municipais.

Percebe-se uma preocupação, ainda incipiente, com segurança pública, mas que se traduz em um marco da participação comunitária em relação a esse problema, outrora apenas manipulado pela imprensa dominada pela elite aristocrática de Londrina, como visto alhures.

Essas reivindicações não se trataram de protestos ou movimentos sociais. A rigor, não houve mobilização popular como forma de pressão ao poder público; foram reivindicações bem comportadas, feitas através de requerimentos cerimoniosos, em respeito à legalidade instituída e invariavelmente sem qualquer publicidade, a julgar pela ausência de tais manifestações nos jornais da época. (SILVEIRA, 1997, p.95)

Até metade da década de 70, com a incrementação da construção de conjuntos habitacionais em Londrina, nenhuma das AMs da época logrou sequer sensibilizar os moradores para obter destes um comportamento menos individualista

quanto à utilização dos espaços comuns dos conjuntos, quanto mais mobilizá-los para pressionar o Poder Público para o atendimento de suas demandas de serviços e equipamentos.

A partir de 1977, a COHAB-LD implementou um programa de formação de Associações de Moradores nos conjuntos habitacionais, denominando-o Planejamento da Ação Comunitária, que contava com seis ações: mobilização comunitária, capacitação de mão-de-obra, saúde, educação e cultura, recreação e esportes e, criação e manutenção de equipamentos comunitários. Destes, o mais importante e o que vinha em primeiro lugar era o relativo à mobilização comunitária, pois dizia respeito à criação das AMs e deveria servir de base para o desenvolvimento dos demais. (SILVEIRA, 1997, p. 102)

Interessante é o resultado de uma pesquisa realizada pela COHAB-LD, nessa mesma época, com os moradores dos conjuntos habitacionais, questionando-os sobre as possibilidades de auxílio através das associações de moradores. SILVEIRA (1997, p.106) afirma que

... invariavelmente as respostas relacionavam-se à perspectiva de solucionar as carências de infraestrutura dos bairros, como asfalto, esgoto, telefone, escola, creche, posto de saúde, etc. Mas, relevante eram algumas respostas, apesar de em número significativamente menor que as demais, que diziam respeito à possibilidade de solucionar os problemas relacionados com o comportamento, conforme se depreende das respostas tais como: ‘para exigir respeito, porque tem muito escândalo’; ‘para ensinar o que é uma convivência e educar nossas crianças’; para solucionar ‘o problema das crianças vadias’; ‘neste conjunto não há entrosamento entre as famílias e uma AM poderá aumentá-lo’; ‘ajudaria a resolver o problema dos maus elementos’. [sic]

Percebe-se, pelas respostas, uma preocupação com a ordem pública que estava deixando a desejar naqueles lugares. Mas percebe-se, também, uma tendência de remeter a alguém ou a alguma coisa (no caso as AMs) a responsabilidade que cabia a cada um individualmente e /ou nos seios das famílias. “A noção de AMs é, então, por eles construída como instância autoritária. Com ela logra-se a autoridade ausente do Estado; com ela impõe-se a ordem e a disciplina aos ‘maus elementos’ e também pode-se obter a infraestrutura [sic] de que carecem; com ela há a possibilidade de

serem reconhecidos como iguais a outros no partilhar da cidade” (SILVEIRA, 1997, p. 107). Portanto, parcialmente equivocada a conclusão de que

uma primeira noção de AM é construída pelos moradores a partir de suas condições de vida, o que inclui, além da vivência de carência de infraestrutura de equipamentos e serviços públicos, uma percepção de certo e errado fundada num imaginário de cidade que lhes é constitutivo sem que nele encontrem um lugar. Esse lugar, supõe-se, teria que ser merecido por um comportamento adequado ao de uma população ordeira, ou que se quer ordeira, mas que, por causa dos “maus elementos”, sempre identificados aos desocupados, vadios, infratores diversos, que perturbam e comprometem o merecimento de uma maioria que, embora sem lugar junto à cidade bem equipada, tenta identificar-se com ela. [sic]

O equívoco decorre da falta de intuição acerca da ordem pública fundada, o que é compreensível visto a sua filiação filosófica. Mas é difícil conceber-se uma sociedade anômala, onde não existam parâmetros ou padrões de comportamentos exigidos e exigíveis. É certo, porém, que é preciso ultrapassar os paradigmas impostos por uma sociedade instituída, para outros, estabelecidos por uma sociedade instituinte, muito mais democrática e menos seletiva. Todavia, isso deve ocorrer através da conscientização e do próprio exercício da cidadania.

Forçoso reconhecer, entretanto, que os moradores dos conjuntos habitacionais não tinham a percepção da “exclusão de uma política urbana instituída que nega , além da infraestrutura [sic], a própria presença do Estado, como presença de uma ordem pública fundada em direitos de cidadania. É uma política que cobra da população excluída uma civilidade, mas que lhes nega a condição de exercê-la: falta trabalho, segurança, serviços básicos.” (SILVEIRA, 1997, p. 107)

### 3.3.1.2 Segunda fase das Associações de Moradores

A partir de 1981, começou a ser sentida a influência da igreja católica nos movimentos sociais da cidade, fruto dos primados da teologia da libertação.

Diversas reuniões foram realizadas nos salões paroquiais para se discutir os problemas que afligiam os moradores: falta de creche, falta de centro comunitário, quadra de esportes, centro de saúde, abrigo nos pontos de ônibus, e a falta de

segurança. O que se percebia de diferente, em relação aos anos anteriores, era uma certa indignação dos moradores, ali reunidos, para com o descaso do Poder Público em relação aos seus problemas (SILVEIRA, 1997, p. 119).

Um exemplo disso, é o que foi registrado na ata de uma reunião realizada no Conjunto Aquiles Sthenguel, em outubro de 1981, quando uma moradora assim se referiu em relação ao atendimento recebido de uma autoridade local:

“Imagina que eu fui outro dia à Delegacia com 300 assinaturas, pedindo providências para o conjunto, e o danado do Delegado fez a gente de palhaço, disse que 300 era pouco, precisa no mínimo de 500.” (SILVEIRA, 1997, p. 119)

Segundo o autor freqüentemente citado, essa insatisfação é derivada da própria organização comunitária e da conscientização que dela resulta:

A indignação que resulta da percepção de receber um tratamento desigual, diferente do que é dado a outros setores da cidade é, sem dúvida, um primeiro passo importante na problematização política das carências vividas pelos setores populares. Mas essa problematização não pode ser vista como decorrência “natural” da experiência das carências e discriminações sofridas. Ela decorre, necessariamente, da relação intersubjetiva proporcionada pelo contato de uns com os outros de forma organizada, e a Pastoral estava proporcionando essa experiência. (SILVEIRA, 1997, p. 119)

É nessa fase que se inicia o processo de partidarização das Associações de Moradores (SILVEIRA, 1997, p.123):

Surgem nessa fase, dois movimentos que desempenhariam papéis importantes no processo de politização das questões que afetavam diretamente os setores populares. Um, o Movimento Unificado do Setor Norte ligado ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), e o outro, a União Geral dos Moradores, sem vinculação partidária no seu início, mas que depois viria a ser associado ao Partido dos Trabalhadores (PT). O primeiro, contrário à politização das Comunidades Eclesiais de Base, apenas valia-se destas para legitimar-se junto aos moradores e, apoiando sua lutas, fortalecer-se como oposição partidária ao governo federal; o segundo, inicialmente autônomo em suas práticas, fazia das reivindicações de protesto um enfrentamento à administração política local, pondo em questão a ordem social instituída. Ambos, no entanto, tiveram grande repercussão no interior das AMs, quer seja de aprovação e envolvimento, quer seja de reprovação e negação. Mas, tanto num caso como noutro, a importância desses movimentos para as AMs revelou-se, entre outras razões, por fazer com que os problemas por ela vivenciados deixassem de ser problemas vistos como exclusivos de um bairro ou conjunto, e passassem a ser vistos como problemas da cidade. As AMs passariam a fazer parte da vida política de Londrina. [sic]

Sobre isso, ZAJDSZNAJDER (1999, p. 176-177), antecipando os resultados

que seriam visíveis na década seguinte, comenta que:

Outra razão para a falta de uma ação coletiva continuada está na natureza das organizações de defesa de interesses, que se encontram a meio caminho de sua efetiva institucionalização. De algum modo, embora bem-intencionadas, muitas dessas organizações mostram problemas éticos, porque não representam efetivamente ou sofrem interferências indevidas de grupamentos políticos.

Um importante meio de divulgação das coisas dos bairros – o jornal Olho Vivo – surge em setembro de 1983, trazendo o rol das necessidades, reivindicações e conquistas das Associações de Moradores, dentre as quais a instalação de postos de saúde e escolas, refinanciamento da casa própria, além de debaterem assuntos relacionados à segurança pública, conforme mostram as seguintes notícias daquele jornal:

“Em alguns conjuntos a comunidade já se organiza contra a insegurança decorrente da ação de marginais e falta de policiamento, contratando guardas noturnos por quadras. No Parigot de Souza onde estava se tornando impossível andar pelas ruas à noite, já há 3 guardas trabalhando.”

“No Novo Amparo, onde o desemprego é alarmante, os moradores acham que a única solução para a falta de segurança é a construção de um posto policial no próprio conjunto”.

“...no Violim o som está muito alto aos sábados e domingos e jogadores de esnuque atrapalham as atividades do presinho; no Aquiles Stenghel a comunidade católica se queixa contra a utilização do centro comunitário como bar particular, vendendo bebida de álcool para menores e permitindo que eles joguem esnuque”. (SILVEIRA, 1997, p. 124)

Para se compreender a percepção das pessoas a respeito de segurança pública, bem como a forma como elas participavam do processo, estes recortes são extremamente ricos. Neles se observam três comportamentos que podem ser utilizados como referenciais até hoje: o participativo, que, apesar da indignação contra o Poder Público, procura de alguma forma auxiliar na resolução dos problemas; o opinativo, que se satisfaz com críticas ou meras sugestões ao Poder Público sobre práticas que inevitavelmente serão procrastinadas; e, por fim, o contemplativo, que nada mais é do que um comportamento de alienação e acomodação, muito comum à maioria da população de qualquer cidade.



O jornal mencionado, dentre tantos outros tablóides que eram distribuídos nos bairros, mostravam as lutas das AMs e os problemas vivenciados em comum, bem como as alternativas que eram construídas pela própria comunidade. Algumas, meros paliativos, desestimulavam outras mobilizações, outras, no entanto, incentivavam a participação e produziam um aprendizado de mobilização e organização coletivas, anteriormente impensáveis para uma população que não tinha claro que uma AM poderia lhes ser importante. (SILVEIRA, 1997, p. 127)

A mobilização não ocorria somente através de notícias ou de “requerimentos cerimoniosos”. Em janeiro de 1985, em razão do aumento das passagens de ônibus, após uma série de reuniões e assembléias, moradores da Zona Norte resolveram realizar uma paralisação do transporte coletivo que circulava naquelas cercanias. Como não obtiveram resposta no primeiro dia de manifestação, partiram para o confronto com a Polícia Militar, que reprimiu e acabou com a paralisação. (SILVEIRA, 1997, p. 142)

No ano seguinte (outubro de 1986), outra paralisação do transporte coletivo em virtude da mudança do itinerário do ônibus, agora no Conjunto Parigot de Souza, não causou qualquer incidente com a polícia. Aliás, a presença da polícia foi bem-vinda e ao mesmo tempo criticada por uma moradora em entrevista:

“É bom a presença da Polícia, para ficarem sabendo que o protesto não é de gente bagunceira. Mas não sei por que ela não vem no conjunto para garantir a segurança da comunidade”. (SILVEIRA, 1997, p. 155)

A reivindicação foi atendida no dia seguinte e a notícia é relevante pois indica um anseio da comunidade pela presença policial que não era percebida constantemente.

A segunda metade da década de 80 apresentava uma sociedade civil mais organizada e mais atuante, mas demandava a ampliação dos espaços de participação política e a publicização das questões discutidas. A exigência da satisfação das carências, formulada como direitos, encontrava ressonância na permanência de problemas sem solução, como o caso da habitação, do transporte, do desemprego, e o

agravamento de outros, como o da saúde, o dos menores de rua, etc., o que forçava a adoção de políticas alternativas às tradicionalmente recorrentes. (SILVEIRA, 1997, p. 156)

Toda essa dinâmica, ou esse ativismo, manifestados por setores da sociedade civil organizada, da qual os setores populares são parte importante, trouxeram, de fato, uma experiência de discussões e práticas, na qual, novas percepções da realidade social e política foram possibilitadas, o que levou a novas referências para as soluções dos problemas cotidianos. Uma das mais importantes participações das AMs foi, sem dúvida, a elaboração da Lei Orgânica Municipal de 1990, através da Federação que congregava todas as Associações. Entretanto, essa união foi sendo paulatinamente enfraquecida após a promulgação da Constituição Municipal. (SILVEIRA, 1997, p. 157)

Em 1990 a preocupação com segurança era bastante presente, a julgar pelo título “COMO VENCER ESTA GUERRA?” encartada em um jornal da época (FOLHA DE LONDRINA, 17/8/1990, p. 32):

Em Londrina, uma comissão especial ouve representantes de vários setores na busca de uma saída para a crise na segurança pública. Entre as propostas, a municipalização da Polícia e a participação das empresas na recuperação de presos. Para alguns, a origem de tudo são as distorções sociais. Para outros, os culpados pelo aumento da criminalidade no País são os antigos presos políticos.

Dentre as várias tentativas para diminuir a violência, uma das mais recentes saiu do gabinete do prefeito Antonio Belinati, dia 5 de abril do ano passado, quando ele assinou uma portaria, a de número 93, criando uma Comissão Especial de Segurança Pública. O Objetivo: desenvolver estudos visando a busca de alternativas e soluções para a melhoria da segurança pública na cidade. Na mesma portaria, o Prefeito nomeou como membros da comissão o advogado Plácido Ladercio Soares, representante da Loja Maçônica Pitágoras; Domingos José Perfeito, da Subseção de Londrina da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB ; Joper Margraf Lopes, da Associação Comercial e Industrial de Londrina e Raquel Ferreira Basseto, da Federação das Associações de Moradores dos Conjuntos Habitacionais e Bairros.

Naquela reportagem, um líder comunitário de bairro comentava a sua percepção acerca de segurança pública, indicando que o problema era de ordem policial (ineficiência) e social (desigualdade e injustiça):

Nos questionários de informações respondidas por clubes sociais e de serviços, entidades classistas e comunitárias, a Associação de Moradores “26 de Outubro”, do Conjunto Habitacional Luiz de Sá, sugere que, além da adequação dos quadros das polícias com homens, equipamentos e viaturas e condições de trabalho, é preciso reverter as condições sociais da população: “Essas, sim, são as principais causas da criminalidade. O baixo nível aquisitivo faz com que muitos pais de família se envolvam em crimes na tentativa de subsistência. Não será a polícia treinada que baixará o índice de criminalidade. Ela sim, equipada e treinada, apenas poderá dar mais segurança às comunidades estando presente junto a elas” – opinou o então presidente da entidade, Geraldo Leão Carvalho.

Mas sua posição era confrontada pelo presidente da comissão, um advogado, que não admitia o “simplismo” da visão do cidadão periférico:

Mas para o advogado Plácido Soares, presidente da Comissão especial de segurança Pública e autor do relatório final, posições como do líder comunitário Geraldo Leão de Carvalho, para quem a insegurança está diretamente relacionada com as más condições sociais da população, parecem ter pouco significado. “Quais as causas reais do elevado índice de criminalidade que se verifica em nossa cidade e em todo o País? Existem duas versões: a simplista e a realista. Prefiro, particularmente, esta última – escreve o relator. Na opinião dele, a versão simplista é justamente aquela que diz que a explosão da violência tem a ver unicamente com aquilo que ele chama de “causas sociais”, como desemprego, favelamento, péssima qualidade de vida do povo, “justificando inclusive o atentado contra a vida e o patrimônio de cidadãos honestos e trabalhadores, como forma de corrigir distorções”.

### 3.3.1.3 Fase contemporânea

Em 1992, houve uma disputa pelo controle da Federação das Associações de Moradores (FAMs) por três grupos identificados partidariamente (PMDB, PSDB e PDT). Esse fato acentuou o esvaziamento da FAMs no que se refere ao envolvimento de AMs em suas iniciativas, pois nos dois anos seguintes as tentativas de articulação das AMs em torno de lutas comuns mostraram-se infrutíferas. (SILVEIRA, 1997, p. 165)

Esse desânimo é confirmado e demonstrado pela escassez de notícias sobre a atuação das Associações de Moradores nos problemas de segurança pública. Houve apenas uma demonstração pública de insatisfação, publicada em 1992, a partir da divulgação de um documento enviado ao governador do Estado pela Associação dos Moradores do Jardim Ideal (Zona Leste), o qual denunciava a “falta de rigor da

polícia” em suas atuações. (FOLHA DE LONDRINA, 18/8/1992, p. 8b)

Esse mesmo ano de 92 foi sobretudo importante, pois foram instituídos espaços de participação política pela administração municipal: Conferências, Conselhos Municipais Setoriais e, principalmente o Orçamento Participativo. Até 1995, já haviam sido criados 12 Conselhos Municipais Setoriais: de Saúde, de Educação, de Transportes, da Assistência e Promoção Social, da Habitação, da Agricultura, de Segurança, de Entorpecentes, da Cultura, da Criança e do Adolescente e da Defesa Civil. Em quase todos os Conselhos, estruturados em função das suas especificidades, as AMs faziam-se representar. (SILVEIRA, 1997, p. 166)

Infelizmente, muitos dos Conselhos não avançaram além das primeiras ações de sua estruturação. De todos eles, apenas o Conselho Municipal de Saúde e o Conselho Municipal de Habitação mostraram certa vitalidade: o primeiro realizou, até 1995, quatro conferências municipais, com ampla participação dos setores populares, e o segundo, duas conferências, com significativa participação (SILVEIRA, 1997, p. 166-167). Entretanto, o de segurança, sequer foi operacionalizado, fazendo crer que, efetivamente, a “euforia inicial” deu lugar a uma acomodação que perduraria alguns anos.

Algumas iniciativas isoladas, para mostrar a insatisfação com a insegurança, sem a participação de AMs, marcaram o período, como demonstra a seguinte matéria sob o título “DEFESA PRÓPRIA ASSUSTA A POLÍCIA” (JORNAL DE LONDRINA, 23/11/1993, p. 3):

Chefes da Polícia de Londrina estão assustados com a formação da patrulha dos Amigos Revoltados, que há duas semanas estão se defendendo dos ladrões por conta própria no Conjunto Violim (Zona Norte da Cidade). Ao ficar sabendo da patrulha através da edição de Domingo do JL, o comandante do 5º Batalhão da Polícia Militar, coronel Kreili Quinsler, requisitou ao sargento Leonardo Militão da Silva, do módulo da Zona Norte, que contate os presidentes das associações dos conjuntos para uma reunião. “A iniciativa dos moradores é válida, mas pode ser perigosa. Vamos orientá-los, estabelecendo limites dessa ação dentro dos parâmetros da lei para que não cometam infrações”, explica. Segundo o coronel Quinsler, na Inglaterra grupos como a Patrulha já existem, são chamados de Segurança da Vizinhança e tiram duas horas de folga para auxiliar a Polícia, sempre orientados por ela.

Essa notícia é interessante pelo fato de mostrar a preocupação do Comandante do 5º Batalhão de Polícia Militar, responsável pelo policiamento da área de Londrina, em reunir os presidentes das Associações de Moradores da Zona Norte a fim de discutirem o assunto, mesmo que a iniciativa descrita não tenha partido das AMs, mas, antes, atitudes tomadas isoladamente por moradores insatisfeitos. Isso demonstra a importância das AMs como instâncias de representatividade no Poder Público, resultado de suas lutas e até mesmo de confrontos com esse mesmo poder, mas que começaram a render dividendos para a promoção de parcerias no futuro.

A principal forma de demonstrar a inquietude acerca da insegurança da população sempre foi através da imprensa. Os jornais são fontes preciosas de informações para a pesquisa social, pois perpetuam o fato ocorrido e possibilitam, ao contrário das rádios e dos canais de televisão, uma memória de fácil resgate, se bem que a investigação deve ser pautada pela “pasteurização” da notícia através da percepção ideológica seguida pela linha editorial.

E foi pelos jornais que as Associações de Moradores voltaram a ser parte do imaginário local em 1999 (NOGUEIRA, p. 3), desta vez por intermédio da liderança comunitária do Jardim Parati, Zona Norte da cidade:

Moradores do Jardim Parati, loteamento recente localizado em frente ao Conjunto Chefe Newton, zona norte de Londrina, reclamam do abandono e da falta de segurança do bairro. De acordo com o presidente da Associação de Moradores Cláudio Maciel, praticamente todos já tiveram suas casas arrombadas ou depredadas por ação de ladrões e vândalos. “Precisamos de policiamento ostensivo, com rondas periódicas da PM, e, se possível, a instalação de um módulo policial no bairro ou nas proximidades. O mais próximo fica a cerca de 3 mil metros de distância, no Conjunto Violim”, reivindica o líder comunitário, acrescentando a necessidade de a Prefeitura fazer roçagens periódicas para manter o mato sempre baixo.

Essas reivindicações somam-se às dos moradores de todas as demais regiões da cidade, e resumem-se a um aspecto básico: maior presença policial, através de rondas periódicas e a instalação de módulo policial no bairro.

As parcerias citadas alhures começaram a vingar nesse mesmo ano, quando a Associação de Moradores do Alto do Igapó (Zona Sul) procurou o comando do 5º

BPM a fim de sugerir aumento do policiamento na região em virtude do aumento da criminalidade, sendo que até mesmo combustível e telefone celular foram oferecidos para que os policiais-militares fossem mais atuantes no bairro. (RAMOS, p. 4, 1999)

Na mesma época, a Associação de Moradores do Jardim Bandeirantes (Zona Oeste) foi alvo de uma parceria com a Polícia Militar, a fim de obter melhorias à segurança pública do bairro. Sob o título “JARDIM BANDEIRANTES CONVOCA POLÍCIA PARA DEBATER O TEMA” (NOGUEIRA, 1999, p. 4), o jornal registra a primeira tentativa de se instalar em Londrina<sup>1</sup> a filosofia de polícia comunitária, com todos os seus contornos:

“Estamos cadastrando as associações de moradores e vamos discutir o nosso projeto com a comunidade, fazendo a implantação na seqüência”, disse o Comandante, destacando a proposta da Polícia Comunitária. “A participação da comunidade é fundamental para reduzirmos a criminalidade. Os moradores e comerciantes conhecem a realidade do bairro e podem dar uma contribuição decisiva para prevenir e reprimir o crime”, enfatizou.

Apesar da incongruência entre o título e o corpo da matéria, essa notícia reflete a preocupação da Polícia Militar em desenvolver uma maior aproximação com as comunidades, no sentido de melhor protegê-las. Essa foi a política de comando instalada na época em âmbito estadual, cujo lema, extraído da própria Doutrina de Emprego, era: “Polícia Militar: agência pública de proteção e socorro comunitário”.(VALLA, 1999, p.42)

Os resultados dessa aproximação foram imediatos, a ponto de se tornar destaque nos meios de comunicação, conforme demonstra a matéria “POLÍCIA COMUNITÁRIA TEM REDUZIDO OCORRÊNCIAS” (LEÃO, 1999, p. 3):

O capitão Altivir Cieslak, chefe do setor de Planejamento e Operações do 5º BPM, definiu o Policiamento Comunitário como “uma filosofia de trabalho que envolve a comunidade na solução dos problemas”. Ele explicou que, por enquanto, o sistema não deverá ser

---

<sup>1</sup> Note-se que outras iniciativas anteriores foram tentadas: Postos de Socorro Familiar – PSF, depois Serviço Modular de Policiamento Urbano – SMPU, ou simplesmente módulos policiais-militares – MPM, além do Projeto POVO – Policiamento Ostensivo Volante. Todavia, da mesma forma como aconteceu na Capital, “tomaram-se ineficientes e não prosperaram (TORTATO, 2001, p.3)” .

expandido para outros bairros, mas informou que um projeto denominado “Cidade Mais Segura”, está sendo preparado. A idéia, segundo o capitão, é envolver toda a cidade na mesma filosofia de trabalho. “Equipes especializadas estão sendo treinadas para instruir a comunidade no sentido de ajudar a polícia a protegê-la e mostrar às pessoas como proceder em determinadas situações.”

De fato, nos bairros onde foi implantada a filosofia de polícia comunitária, os resultados foram alvissareiros, em especial no Jardim Bandeirantes, pois a Associação de Moradores, através de seu presidente, Ivo de Bassi, recepcionou o projeto com entusiasmo, mesmo porque era uma época em que a criminalidade grassava naquele setor. Mas, frise-se, é necessário não somente o apoio da comunidade como também da própria Corporação, no sentido de prover os meios (recursos materiais e pessoal) e a vontade de manter o projeto em andamento. Infelizmente houve o abandono dessa atividade em função da solução de continuidade de comando e da escassez de recursos estatais, para ser retomado em outros locais somente em 2001. Entretanto, o projeto desenvolvido por cerca de um ano (1999 e 2000), rende bons frutos até hoje, pois o bairro apresenta índices de ocorrências considerados satisfatórios em relação à outros similares.

Na esteira do projeto desenvolvido em 1999, outras comunidades começaram a se articular no sentido de absorver seus benefícios. Foi o caso dos jardins João Turquino, Maracanã, Londrville, Olímpico e Parque Universidade, todos da Zona Oeste, os quais se reuniram “para discutir segurança e educação na região” (ELORZA, 1999, p. 4), sendo sua principal reivindicação a instalação de um módulo policial nos limites dos bairros.

Em 2001, várias atitudes foram tomadas pelas Associações de Moradores em relação à segurança pública. No Jardim Leonor (Zona Oeste), a AM une-se com os comerciantes e liderança política a fim de pleitear melhoria da qualidade de segurança não só do bairro, mas de todo o Município (SARIS, 2001, p. 8A). A participação de um político nesse episódio é bastante sintomática, mesmo porque no ano seguinte haveria eleições para Deputado Estadual e, coincidentemente, essa mesma liderança foi candidata.

Não somente de reuniões viviam as Associações. Algumas partiram para o protesto de rua como forma de pressão para que suas reivindicações fossem atendidas. Foi o caso da Associação de Moradores do jardim Igapó (Zona Sul), a qual congregou os moradores para exigir melhorias no trânsito do bairro, após a morte de duas crianças em uma avenida movimentada da região:

Cerca de 100 moradores do Jardim Igapó (zona sul de Londrina) protestaram ontem à tarde e estiveram com o prefeito Nedson Micheleti (PT) para pedir redutores de velocidade na Avenida Inglaterra. O presidente da Associação de Moradores do jardim Igapó e adjacências, Wilson Antonio dos Santos, disse que a comunidade não vai descansar enquanto o problema não for resolvido. Na Sexta-feira, às 17 horas, os moradores realizarão um novo protesto no local do atropelamento. As igrejas, escolas e comerciantes fecharão suas portas em apoio aos manifestantes, que estarão vestidos de preto e portando bexigas brancas para simbolizar a luta pela paz. (RODRIGUES, 2001, p. 6)

No começo deste ano, na Zona Oeste, os moradores do local mais violento da cidade (Favela Nossa Senhora da Paz) “reclamavam da falta de projetos sociais que integrem os moradores do bairro e que ajudem a tirar os adolescentes do convívio com criminosos” (LEIJOTO, 2002, p. 3A). A percepção de um morador é de que o local recebe bastante ajuda, “mas é em cesta básica. Falta mais integração entre a comunidade”.

Na seqüência, percebe-se claramente a segregação social — amplamente incentivada a partir do centro para a periferia nas décadas de 50 e 60 —, perfeitamente caracterizada agora dentro da própria periferia. A visão do favelado e a do presidente da associação do bairro, onde a favela está incrustada, são diversas: a deste, extremamente excludente; a daquele, demonstrativa da exclusão sentida na carne:

Para a maioria dos entrevistados, a Polícia tem sido ineficiente para coibir a violência. “Eles até passam aqui, mas não têm meios para coibir todo dia. Blitz relâmpago não adianta mais”, disse o presidente da Associação dos Moradores do jardim Leonor e Santa Rita, Antonio José Roverato.

A Polícia Militar chega a ser vista com desconfiança pelos moradores dos bairros mais carentes. “Os policiais vêm aqui e metem porrada nos moleques mais conhecidos, que já têm passagens pela delegacia. Depois vão embora”, comentou um líder comunitário. (LEIJOTO, 2002, p. 3A)



Essa mesma reclamação foi ratificada perante o Comandante do 5º BPM durante reunião realizada entre os moradores e aquela autoridade, além de representantes das secretarias de Ação Social e Saúde, Coordenadoria da Mulher, Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente Infrator (Ciaadi) e associações de moradores de bairros próximos. O Comandante, na oportunidade, mencionou a falta de participação da comunidade apesar dos constantes apelos da PM em relação a essa atitude (FINARDI, 2002, p. 3) . Um detalhe que não pode fugir à observação é que em nenhum momento os moradores reclamaram dos traficantes e ladrões que infestam o bairro, tão-somente da violência policial, preconceito e desemprego.

Este ano tem sido realmente pródigo em se tratando de abertura para o diálogo entre a comunidade e as autoridades, civis e militares, municipais e estaduais. Na Zona Norte, após uma reunião entre lideranças comunitárias e representantes do Poder Público, firmou-se o pacto de união contra a violência, conforme demonstra a chamada da matéria “ZONA NORTE SE UNE CONTRA A VIOLÊNCIA” (AUGUSTO, 2002, p. 3) e que traz em seu bojo o seguinte conteúdo:

A Terça-feira, dia 8 de janeiro, pode ter marcado o início de uma nova realidade para a região norte de Londrina. Nesse dia à noite, a comunidade se reuniu por cerca de quatro horas com autoridades municipais, entre elas o prefeito Nedson Micheleti (PT), cobrou e sugeriu atitudes para coibir o aumento da criminalidade na região.

Percebe-se claramente que o objetivo das Associações de Moradores é a manutenção da qualidade de vida nos bairros onde residem:

Os líderes comunitários de bairros próximos ao Cinco Conjuntos temem que a onda de violência na região também se estenda à suas comunidades. “O Jardim Paraíso é mais tranquilo e queremos que continue assim”, frisou o presidente da associação de moradores do bairro. José Roberto Machado, representante dos moradores do Heimtal, expressou pensamento semelhante. “Estou participando da reunião porque gostaria de manter a ordem na região”, disse. Já o presidente da associação de moradores do Conjunto José Giordano, Genésio Teodoro da Silva, avaliou que seu bairro é tranquilo porque cerca de 80 policiais residem no local.

Do Conjunto União da Vitória, Zona Sul da cidade, vem um exemplo de como a comunidade pode se mobilizar com sucesso para melhorar as condições de segurança do bairro (LEIJOTO, 2002, p. 3A):

Homicídios, assaltos, estupros e até chacinas. Há alguns anos, essa era a realidade do Conjunto União da Vitória (Zona Sul), que hoje engloba seis bairros (União da Vitória I ao VI). “Houve uma época que o União II e IV ficaram totalmente desocupados, quando o pessoal foi embora por medo. Os bandidos haviam tomado conta”, contou Nelson Cardoso, morador do União desde a segunda ocupação do bairro, em 1988.

No ano passado, a polícia registrou cinco mortes na região, colocando o União como o sétimo ‘local’ mais violento da Cidade. Não há estatísticas oficiais para comparar com anos anteriores, mas a comunidade e a polícia afirmam que 2001 foi um dos mais sossegados na região. “Hoje eu vejo a situação do João Turquino, do Monte Cristo e lembro que a nossa situação já foi mais brava. Teve uma vez que mataram uma família de quatro integrantes, ateando fogo na casa. Muitas pessoas fugiam ou eram expulsas”, lembrou Cardoso.

A solução é mencionada em seguida:

A virada de mesa começou quando a Associação dos Moradores do bairro se reuniram [*sic*] para enfrentar a violência. Como a maioria dos bairros, onde há muita violência, a primeira política de segurança projetada pela comunidade foi excludente. “Primeiro os moradores queriam mais policiamento, mais blitz, um módulo policial, queríamos afastá-los do bairro”, comentou Cardoso.

Entretanto, a população viu depois que muitos dos bandidos eram os próprios parentes, filhos adolescentes que tinham como referência os bandidos mais antigos ou então parentes influenciados pelo vício em alguma droga. “Foi quando sacamos que havia um outro lado”, contou Cardoso. “Vimos então que vários fatores levavam àquela situação, como a desocupação profissional, o acesso às drogas, a desagregação familiar”.

A política da associação foi de construir um canal de diálogo com os criminosos e implantar projetos sociais de integração para os mais jovens e crianças do bairro. “Nos organizamos para lutar por mais benfeitorias. Você tem de conversar com eles, tratar como pessoa”, comentou Cardoso, que na época participava da Associação de Moradores.

A mudança começou em 93. Um dos primeiros projetos elaborados foi a escola de futebol e o time União Esporte Clube, que levou adolescentes a se interessar pelo esporte. “Conseguimos com o projeto ter acesso aos mais jovens, o que é importante porque eles passaram a ter outras referências”, afirmou Cardoso.

Hoje, o bairro conta com mais de 16 entidades comunitárias e inúmeros projetos sociais. O mais recente e que atingiu bastante repercussão e sucesso foram os grupos de Hip Hop, que desenvolvem projetos de grafiteagem, música e dança, atraindo vários adolescentes “e afastando-os do caminho das drogas”.

Relevante destacar que a região central da cidade ressenete-se de representatividade em se tratando de associações de moradores. Isto se explica pela

quantidade de condomínios verticais que formam, por si mesmos, as suas próprias “associações”, imaginando que estão mais seguros que os demais em seus próprios apartamentos, esquecendo-se que também são responsáveis pelo espaço público de convivência de todos. Transversalmente, a Associação Comercial é a encarregada de pleitear melhorias em relação à segurança do centro, a qual é aproveitada pelos moradores.

Outras manifestações comunitárias ocorreram entre 1993 e 1999, algumas com a participação das Associações de Moradores, mas não são genuinamente provindas delas (AMs). Logicamente existiram iniciativas dessas associações no tocante à segurança pública, entretanto, sintomaticamente, não mereceram publicização, podendo ser inferido que, ou as ações desenvolvidas eram sobretudo insignificantes, ou, mais provavelmente, que o espaço havia sido ocupado por outras formas de representação. É que nesse período, outras entidades ganham força no cenário político da cidade e passaram a servir de “caixa de ressonância” para os problemas de segurança pública, dentre as quais o Conselho Comunitário de Segurança e a Associação Comercial e Industrial de Londrina.

Resta saber sobre a percepção atual da comunidade em relação às atividades das associações de moradores desenvolvidas em prol da segurança pública, bem como compreender qual o nível de participação e relacionamento comunitário em Londrina. Isso é importante para o confronto com as teorias existentes e com o imaginário construído pela imprensa, além de indicar formas para a implementação de políticas públicas de segurança. E isso foi feito através de pesquisa social adiante descrita.

## 4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

### 4.1 PERFIL DEMOGRÁFICO DOS ENTREVISTADOS

Acredita-se que, demograficamente, as opiniões e comportamentos são divergentes entre indivíduos envolvidos em grupos. As variadas reações às situações vividas por pessoas de sexos, faixa etária, profissões e escolaridade diferenciadas, apresentam comportamentos distintos.

É relevante que, em estudos comportamentais, conheça-se o perfil dessa amostra estudada, uma vez que opiniões grupais tendem a sofrer variações, em virtude de fatores relacionados a sexo, nível cultural, profissão e nível econômico.

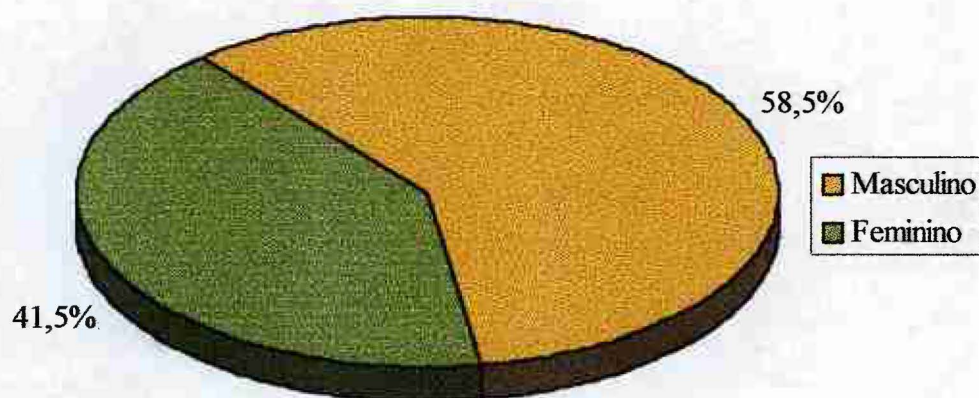
Ressalte-se que, entre as variáveis voltadas ao estudo do perfil demográfico de qualquer amostra considerada, a única em que o entrevistado não pode ser evasivo, refere-se ao sexo. Quanto às demais (idade, escolaridade, profissão e renda), suas respostas estão sujeitas à vontade do entrevistado e ao seu estado de espírito momentâneo.

TABELA 4 - DISTRIBUIÇÃO DA AMOSTRA POR SEXO

CATEGORIAS	FREQÜÊNCIA	%
Masculino	272	58,5
Feminino	193	41,5
TOTAL	465	100,0

FONTE: Pesquisa de campo – out. 2002

GRÁFICO 1 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA AMOSTRA POR SEXO



FONTE: Pesquisa de campo – out. 2002

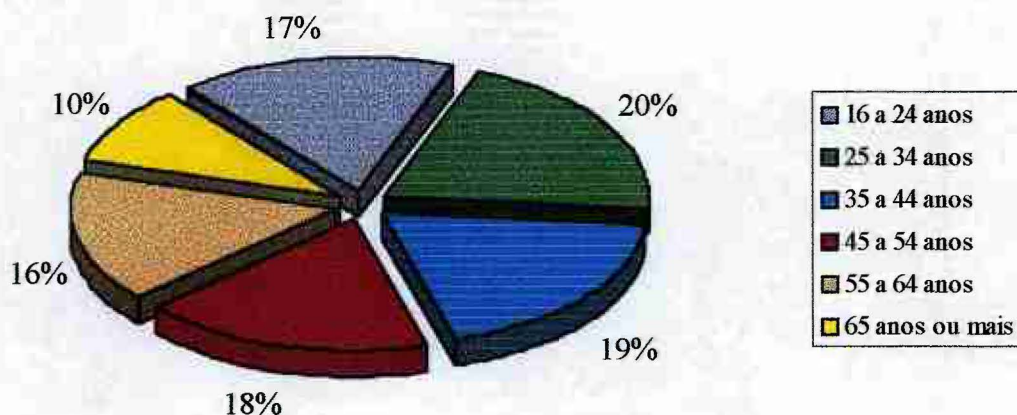
Considerando-se que a margem de erro da pesquisa está na ordem de cinco pontos percentuais, para mais ou para menos, a distribuição da amostra por sexo está estatisticamente equilibrada.

TABELA 5 - DISTRIBUIÇÃO DA AMOSTRA POR FAIXA ETÁRIA

CATEGORIAS	FREQÜÊNCIA	%
16 a 24 anos	79	17
25 a 34 anos	95	20,4
35 a 44 anos	90	19,4
45 a 54 anos	82	17,6
55 a 64 anos	75	16,1
65 anos ou mais	44	9,5
TOTAL	465	100

FONTE: Pesquisa de campo – out. 2002

GRÁFICO 2 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA AMOSTRA POR FAIXA ETÁRIA



FONTE: Pesquisa de campo – out. 2002

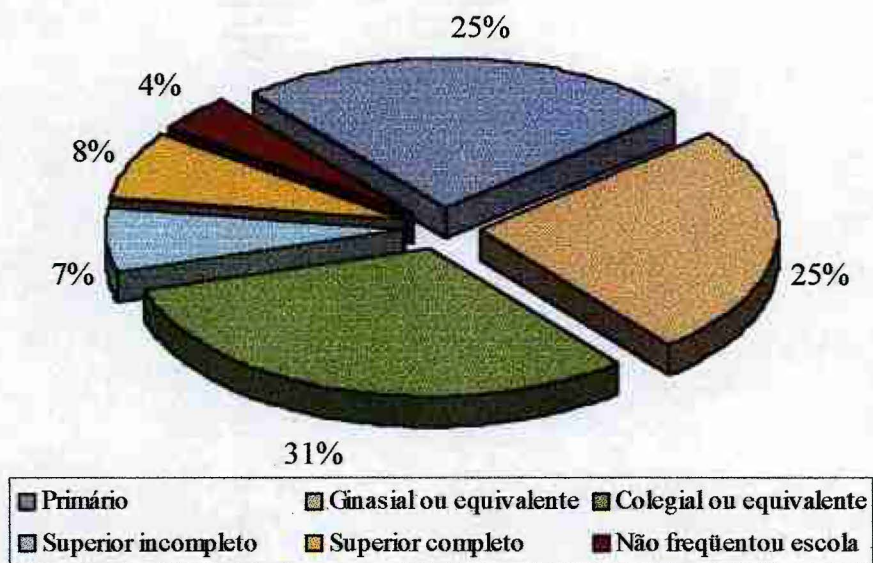
A predominância da faixa etária dos entrevistados entre 25 e 54 anos de idade, que atinge 57% da amostra (maioria), é fator que pode ser considerado como sendo de positiva relevância quando se trata de levantamento de percepções, uma vez que indivíduos nessa faixa etária são tidos como em pleno exercício da racionalidade (os mais jovens) e da produtividade (os mais maduros).

TABELA 6 - DISTRIBUIÇÃO DA AMOSTRA POR ESCOLARIDADE

CATEGORIAS	FREQÜÊNCIA	%
Primário	116	24,9
Ginasial ou equivalente	118	25,4
Colegial ou equivalente	145	31,2
Superior incompleto	31	6,7
Superior completo	36	7,7
Não frequentou escola	19	4,1
TOTAL	465	100,0

FONTE: Pesquisa de campo – out. 2002

GRÁFICO 3 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA AMOSTRA POR ESCOLARIDADE



FONTE: Pesquisa de campo – out. 2002

A grande maioria dos entrevistados (pouco mais de 56%) é de nível médio, enquanto que 25% são de nível primário e pouco mais de 14% são de nível superior.

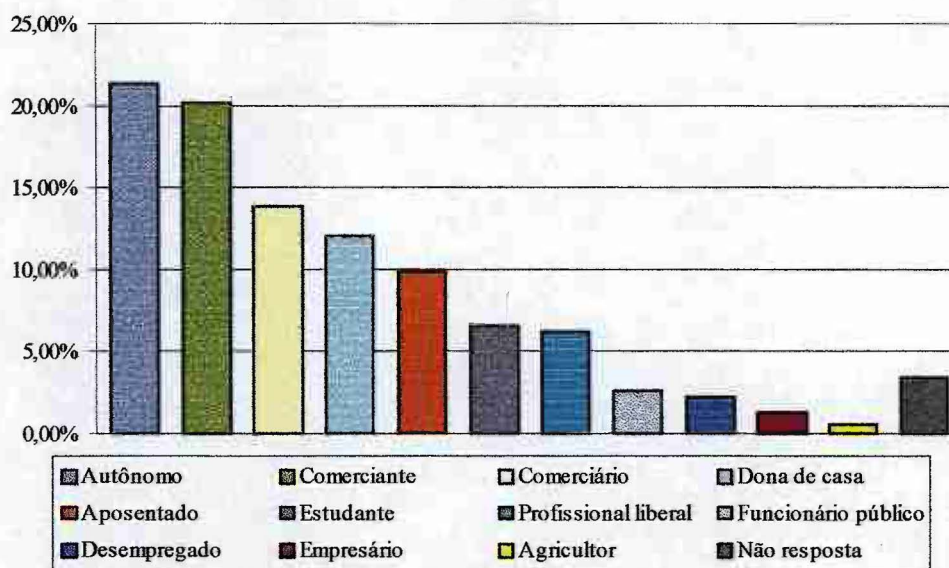
O nível cultural dos entrevistados é outro fator relevante e, no caso do presente estudo, positivo, quando se trata de levantar percepções.

TABELA 7 - DISTRIBUIÇÃO DA AMOSTRA POR OCUPAÇÃO PRINCIPAL

CATEGORIAS	FREQÜÊNCIA	%
Autônomo	99	21,3
Comerciante	94	20,2
Comerciário	64	13,8
Dona de casa	56	12,0
Aposentado	46	9,9
Estudante	30	6,5
Profissional liberal	29	6,2
Funcionário Público	12	2,6
Desempregado	10	2,2
Empresário	6	1,3
Agricultor	3	0,6
Não responderam	16	3,4
TOTAL	465	100,0

FONTE: Pesquisa de campo – out. 2002

GRÁFICO 4 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA AMOSTRA POR OCUPAÇÃO PRINCIPAL



FONTE: Pesquisa de campo – out. 2002

A maioria absoluta (67%) dos entrevistados são envolvidos com o comércio nas regiões onde residem (autônomos, comerciantes e comerciários). Acredita-se que indivíduos com nível escolar médio, em faixa etária operativa e que tratam freqüentemente com pessoas, constituem amostra satisfatoriamente capaz de perceber fatos e atos envolvendo uma comunidade, objetivo principal do presente estudo.

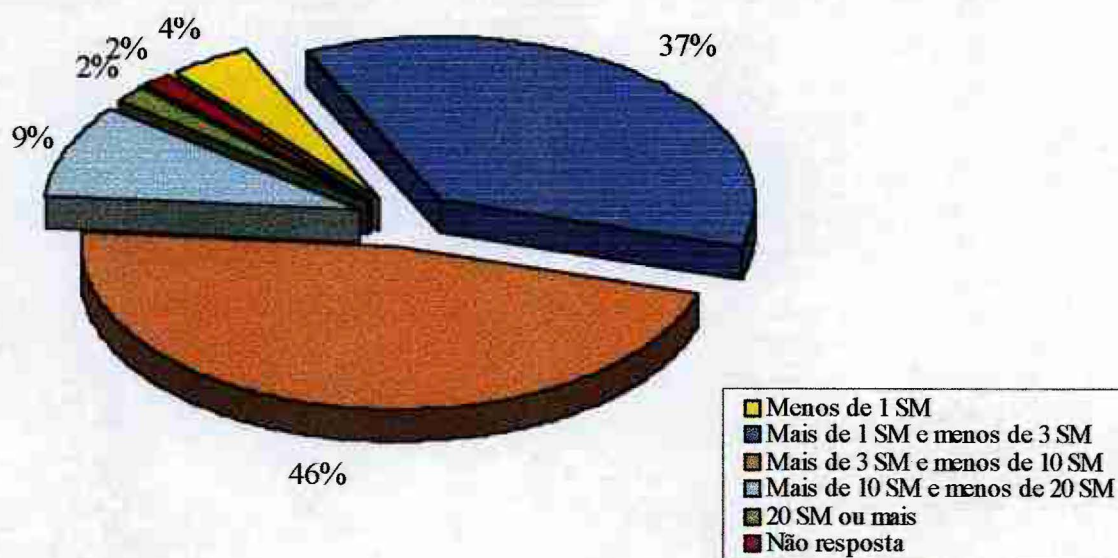
TABELA 8 - DISTRIBUIÇÃO DA AMOSTRA PELA RENDA FAMILIAR

CATEGORIAS	FREQÜÊNCIA	%
Menos de 1 salário-mínimo	19	4,1
mais de 1 salário mínimo e menos de 3 salários mínimos	170	36,6
mais de 3 salários mínimos e menos de 10 salários mínimos	217	46,7
mais de 10 salários mínimos e menos de 20 salários mínimos	43	9,2
20 salários mínimos ou mais	8	1,7
Não responderam	8	1,7
TOTAL	465	100,0

FONTE: Pesquisa de campo – out. 2002



GRÁFICO 5 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA AMOSTRA PELA RENDA FAMILIAR



FONTE: Pesquisa de campo – out. 2002

Como já citado no presente estudo, variáveis como renda familiar, idade e escolaridade, estão sujeitas à vontade e estado de espírito momentâneo dos entrevistados. Ressalte-se que a variável renda é reconhecidamente uma das que estão mais sujeitas a esse comportamento.

O critério de classificação social utilizado com maior regularidade, permite estabelecer que predominam entre os amostrados as classes sociais baixa-alta e média-baixa, enquanto que quase 37% destes estão classificados na classe social baixa-baixa e baixa-média. Entretanto, ressalte-se que tal critério sofre pesadas críticas de sociólogos da corrente histórico-crítica, dentre os quais GUARESCHI (1994, p. 51 e 52) e SILVEIRA (1997), os quais preferem, ao invés de classes sociais, diferenciar a sociedade em segmentos sociais, o que parece menos preconceituoso.

#### 4.2 MENSURAÇÃO DAS VARIÁVEIS EXPLORATÓRIAS

Antes de examinar as percepções dos entrevistados em relação às variáveis exploratórias (afirmativas) no grupo estudado, foi importante reduzir os quatro níveis

escalares de concordância em apenas dois:

- a) nível máximo de concordância;
- b) nível máximo de discordância.

Utilizando os percentuais médios das variáveis descritivas, os níveis máximos de concordância e de discordância consistiram de médias percentuais de *concordo* e *concordo muito* e de *discordo* e *discordo muito*. Assim, a cada variável categórica, foi atribuído um valor médio de *concordância* e um valor médio de *discordância*. Os indecisos foram desconsiderados.

### 4.3 INTERPRETAÇÃO DAS VARIÁVEIS EXPLORATÓRIAS

TABELA 9 - NÍVEIS DE CONCORDÂNCIA E DISCORDÂNCIA COM AS VARIÁVEIS

Nº	AFIRMATIVAS	CONCORDÂNCIA	DISCORDÂNCIA
		%	%
8	A Associação de Moradores tem sido bastante atuante nos problemas de segurança pública do bairro.	12,4%	22,4%
9	De uma maneira em geral, as Associações de Moradores podem contribuir bastante para a melhoria da qualidade da segurança pública na cidade.	38,9%	5,3%
10	No bairro onde moro a Associação de Moradores tem conseguido melhorias na qualidade da segurança pública.	1,6%	23,9%
11	Segurança pública é responsabilidade somente da polícia, não dos moradores dos bairros, que nada podem fazer.	16,7%	30,3%
12	Se mais pessoas participassem das Associações de Moradores, provavelmente a qualidade da segurança seria melhor.	16,3%	3,2%
13	Cada um deve cuidar da sua própria segurança e a polícia deve cuidar da segurança de todos.	35,9%	23,3%
14	Campanhas educativas promovidas principalmente pela polícia são de grande interesse e ajudam a diminuir a criminalidade nos bairros.	38,7%	6,2%
15	Segurança Pública tem sido o assunto mais discutido pelos moradores do meu bairro.	27,3%	12,3%
16	Os programas de rádio e televisão, com noticiários policiais vêm despertando cada vez mais a atenção das pessoas que conheço.	38,0%	7,0%
17	O Disque-Denúncia da polícia é um grande instrumento para melhoria da qualidade da segurança pública nos bairros.	45,6%	2,5%

FONTE: Pesquisa de campo – out. 2002

Para efeito de interpretação dos níveis de concordância e discordância com as afirmativas apresentadas no questionário da pesquisa, estas foram transformadas em variáveis categóricas, objetivando melhor entendimento.

#### 4.3.1 Credibilidade na atuação das Associações de Moradores

Alto nível de discordância com a afirmativa contida na variável categórica, significa descrédito na atuação das Associações de Moradores, no sentido de atuar e contribuir para a solução dos problemas vividos pela comunidade.

Se, por um lado, pouco mais de 12% dos entrevistados concordam que as Associações de Moradores têm sido atuantes na procura por soluções dos problemas de segurança pública nos bairros de Londrina, uma parcela muito significativa da amostra (22%), discorda.

O elevado nível de discordantes com a afirmativa é forte indicador de que a atuação das Associações de Moradores nos bairros da cidade não tem sido a esperada e muito pouco tem contribuído para quaisquer melhorias junto aos poderes públicos.

Em que pese o deslumbramento dos teóricos mencionados, a pesquisa confirmou que as associações de moradores necessitam de um maior esforço de realização e de divulgação dos seus feitos, visto que a grande maioria das pessoas não têm percebido a efetividade de sua atuação, em especial no que toca à segurança pública. Por isso, a observação de SILVEIRA (1999, p. 267), apesar de importante do ponto de vista filosófico, carece de efetividade à vista do pragmatismo:

A evolução do processo vivenciado pelas AMs, de construção de espaços públicos e de exercício da cidadania, mostrou que o mesmo se desenvolve num terreno minado, cheio de avanços e recuos que, muitas vezes, para um observador mais apressado em querer ver em pleno funcionamento espaços públicos efetivamente democráticos, pelo qual se entende uma constante participação direta, sem restrições à liberdade das informações e das ações dos atores envolvidos, pode levar a interpretar o processo de democratização dos espaços públicos muito aquém do desejado.

#### 4.3.2 Visão da importância das Associações de Moradores

Enquanto que uma grande maioria dos entrevistados não percebe a atuação das associações dos seus bairros nos problemas de segurança pública, a maioria dos entrevistados (39%), acredita que estas podem contribuir para essa melhoria e apenas 5% entendem o contrário.

Muito embora os entrevistados não acreditem na forma como suas associações vêm atuando, estes acreditam no valor que as mesmas têm, no sentido de contribuir para a melhoria da qualidade de vida.

#### 4.3.3 Avaliação das Associações de Moradores

Praticamente 24% dos entrevistados não percebem grandes conquistas para a melhoria da qualidade da segurança pública em seus bairros, através das Associações de Moradores.

Demonstrou-se, no decorrer deste trabalho, diversas divulgações de ações pontuais de determinadas associações de moradores, mas nem isto foi suficiente para que, no imaginário da cidade, refletisse em reconhecimento dessas ações por uma parcela significativa da sociedade.

Embora essa constatação seja verdadeira, por outro lado, pode-se inferir que o pequeno reconhecimento se deva também à falta de participação das pessoas nas associações de moradores, o que demonstra o excesso de individualismo que a sociedade de consumo impõe.

Esse é um problema detectado por ZAJDSZNAJDER (1999, p. 177) quando analisa a situação ética brasileira, afirmando que :

Uma das dificuldades a serem enfrentadas pela sociedade é a falta de hábito de uma ação coletiva continuada. Há um ritmo na movimentação social que é típico da sociedade brasileira: algo cíclico ou ciclotímico, com períodos de expansão e outros de refluxo. É uma forma de acomodação que parece atingir até os mais ativos e corresponde ao que poderia caracterizar como sendo o lado pacífico ou não aguerrido da sociedade.

Em continuidade, confirma a hipótese individualista da sociedade, pois:

Outra razão para a carência de uma ação coletiva contínua é a permanência de um padrão cultural individualista, ou melhor, semi-individualista. Trata-se de um individualismo que não é o da iniciativa, mas integra dois comportamentos: a despreocupação com o coletivo e a busca de vantagens através da coleta ou predação. Este padrão cultural ainda possui força, embora o enfraquecimento do Estado e o avivamento da tendência para a iniciativa empresarial tenham lhe desferido fortes golpes.

A esse respeito BOBBIO (1992, p. 151) referiu-se como “apatia política, o fenômeno, tantas vezes observado e lamentado, da despolitização”. Para ele, citando Rousseau, a democracia ou é participativa ou não é nada.

Será preciso algum tempo para que a cidadania seja exercida em sua plenitude, e aqui não se usa o termo apenas como uma escala de direitos, antes, porém, como dever inarredável de cada cidadão a fim de que se realize, efetivamente, a idealização feita por SILVEIRA (1997, p.183):

Ser cidadão, portanto, é participar entre iguais de um espaço comum, com o qual se identifica pela relação de igualdade que estabelece com os seus pares no ato de fazer, de agir. É, por fim, reconhecer-se e ser reconhecido como indivíduo autônomo, porque participante de uma comunidade autônoma, de cidadãos. É esse sentido da cidadania, a liberdade e responsabilidade da ação, porque partilhada, compromissada com a liberdade do outro.

#### 4.3.4 Percepção sobre segurança comunitária

A percepção dos entrevistados sobre a responsabilidade quanto aos problemas de segurança pública nos bairros de Londrina é de que esta afeta a todos, considerando-se que a maioria dos entrevistados (30,3%) discorda que a responsabilidade seja tão-somente da polícia.

Ao invés de atribuir essa responsabilidade à comunidade em geral, prefere tão-somente a alternativa individualista, na medida em que, conforme item 4.3.6, adiante, parece que o lema dos londrinenses é “cada um por si e a polícia por todos”.

Havendo, entretanto, o entendimento de que a responsabilidade é de cada um, é possível avançar-se na conscientização sobre opções comunitárias para a segurança pública, através de um trabalho de parceria entre o Poder Público e a

comunidade.

#### 4.3.5 Valorização das associações de moradores

Participação comunitária na segurança pública dos bairros onde residem é, na visão dos entrevistados, fator contributivo para a melhoria da qualidade de vida, se considerado que 16% da amostra é concordante com essa afirmativa.

Ficou demonstrado que há um grande espaço para a participação comunitária mais efetiva e as associações de moradores são vistas como instâncias importantes para a melhoria da segurança pública da cidade, sendo que seria mais evidente se mais pessoas participassem efetivamente dessas associações, o que denota que a representatividade em termos quantitativos deixa a desejar. Porém, fica clara a necessidade de maior engajamento popular para que os resultados apareçam.

Essa falta de participação é explicada, em partes, pelo sempre festejado Darcy RIBEIRO (1996, p. 451), o qual remete esse problema à própria formação do povo brasileiro:

... seriam características nossas, herdadas dos iberos, a sobranceira hispânica, o desleixo e a plasticidade lusitanas, bem como o espírito aventureiro e o apreço à lealdade de uns e outros e, ainda, seu gosto maior pelo ócio do que pelo negócio. Da mistura de todos esses ingredientes, resultaria uma certa frouxidão e anarquismo, a falta de coesão, a desordem, a indisciplina e a indolência. Mas derivariam delas, também, certo pendor para o mandonismo, para o autoritarismo e para a tirania.

Tal entendimento é acompanhado por SILVEIRA (1997, p. 192):

Desde o início da organização republicana brasileira, houve a recusa em aceitar a equivalência jurídica que conferisse aos cidadãos a liberdade de construir a ordem social e política fundada em valores democráticos. Nela figura o “homem-cordial”, de que fala HOLANDA, mas, se esse conceito se associa a noção de plasticidade, no sentido de que, ao mesmo tempo, ser capaz de assimilar valores liberais sem deixar de ser o que realmente é: personalista, patrimonialista, afetivo, e despótico. [sic]

#### 4.3.6 Responsabilidade sobre segurança

A concordância com essa afirmativa por parte de 36% dos entrevistados, é forte indicador de que a comunidade dos bairros de Londrina não está envolvida no trabalho de segurança comunitária.

Essa constatação deriva do entendimento de que cada um deve cuidar de sua própria segurança e que a polícia deve se responsabilizar pela segurança coletiva.

Isto esta de acordo com a constatação de MELLO (1999, P. 54) que, apesar de se referir a uma realidade comunitária diversa, permite a sua utilização para o presente estudo:

A maioria da população entende, e nem poderia ser diferente, que a questão da segurança pública afeta exclusivamente aos organismos policiais, encarregados do trabalho ostensivo/preventivo e investigativo, antes e depois da ocorrência do delito. Todavia, é importante se ampliar o entendimento sobre o assunto, a partir de uma visão sistêmica de segurança pública.

Apesar da aparente ambigüidade entre esta questão e a questão 4.3.4 (as quais foram propositalmente formuladas com esse objetivo), captaram-se duas tendências interessantes da comunidade: uma extremamente individualista, já comentada anteriormente, e outra passiva, no sentido de esperar da polícia a proteção coletiva.

Uma parcela significativa, entretanto, discorda dessa prática, o que possibilita inferir-se que há uma preocupação social, não preponderante, na busca de alternativas para auxiliar o Poder Público no assunto.

#### 4.3.7 Efeitos das campanhas educativas de segurança

O considerável percentual de concordantes (39%) com a afirmação de que as campanhas educativas, levadas a efeito pela polícia, são positivas na prevenção ao crime, é também forte indicador da positividade desse trabalho, bem como da sua incentivação por parte dos policiais, envolvidos com as Associações de Moradores, mesmo porque, sendo as campanhas educativas um mecanismo tão forte na área da

prevenção, as ações desencadeadas em parceria com as associações seriam fortalecedoras da credibilidade na sua atuação por parte dos moradores.

É imperativo que em todas as iniciativas haja o enaltecimento da segurança comunitária como valor a ser alcançado dentro de uma eticidade social, apesar dos percalços que possam existir, conforme a sempre sensata opinião de MENDES (2002, p. 40):

Como ações tomadas a partir de valores de comportamento como a honestidade, a lealdade, a justiça, a sinceridade, a ética encontra maior ou menor lugar nas relações sociais, na medida em que as pessoas estejam convencidas da conveniência de praticar tais atos em detrimento de outros, o que reflete a dramaticidade do comportamento moral dos indivíduos e da coletividade, que só se aperfeiçoa a partir de um longo caminho de erros e acertos.

Isso vem ao encontro com a teoria do patrocínio normativo, mencionada por FERNANDES (1999, p. 11), referindo-se a SOWER (1957), a qual postula que a maioria das pessoas tem boa vontade e irá cooperar com as outras para facilitar a construção de um consenso. Quanto mais diversos grupos partilham valores, crenças, e objetivos comuns, mais provavelmente irão concordar a respeito dos objetivos comuns, quando interagem com propósito de melhorar os bairros.

#### 4.3.8 Preocupação comunitária com segurança pública

O fato de pouco mais de 27% dos entrevistados estarem de acordo que a comunidade têm discutido o assunto segurança pública, é indicador de preocupação com sua qualidade, bem como interesse em participação. Novamente surge a necessidade de maiores investimentos junto às Associações de Moradores, no sentido de adquirir melhor credibilidade e, por sua vez, desenvolver planos voltados aos bairros.

#### 4.3.9 Influência da mídia na segurança pública

A concordância de 38% dos entrevistados de que a comunidade londrinense



tem tido sua atenção cada vez mais despertada para os noticiários policiais, é indicação de uma forte influência da imprensa na opinião pública, considerando que os noticiários e programas especializados vêm dando cada vez mais destaque aos crimes.

Essa forte concordância pode também significar que a persistência em acompanhar esse tipo de noticiário pelas emissoras de rádio, televisão e jornais, tem sido contributiva para a geração da síndrome de insegurança e medo, muito comuns nas grandes cidades atualmente.

O senso de percepção da comunidade de Londrina é bastante aguçado e crítico ao mesmo tempo. A influência dos meios de comunicação contribui sobremaneira para que assim seja, e isto pode ser percebido pela quantidade de pessoas que demonstram o crescimento do interesse popular pelos noticiários policiais. Se isso pode, eventualmente, caracterizar-se como um fator negativo, também pode representar uma oportunidade de divulgação direcionada de resultados e de cooptação das comunidades para que haja uma maior participação desta nos problemas de segurança de seu bairro e de sua cidade.

As ações comunitárias a serem desenvolvidas pela polícia devem ser voltadas com maior evidência para a retomada da confiabilidade na autoridade, bem como lançar campanhas educativas e de fortalecimento das Associações de Moradores, esclarecendo a comunidade e objetivando a restauração do clima de segurança.

Para tanto, devem ser desencadeadas três ações concomitantes, a fim de que as comunidades possam se organizar, corrigir e superar os obstáculos socio-econômicos e políticos que impedem de satisfazer suas necessidades (FAY, *apud* FERNANDES, 1999, p. 11):

- a) Esclarecimento: as pessoas devem ser esclarecidas sobre as circunstâncias, antes de pleitear mudanças;
- b) Poder: as pessoas precisam agir para melhorar suas condições;
- c) Emancipação: as pessoas podem atingir a liberação através da reflexão e da ação social.

Logicamente a Polícia Militar, através das ações comunitárias, não poderá, sozinha, alcançar todos esses objetivos, necessitando do apoio de outros órgãos para tal mister. Mas é certo que poderá contribuir sensivelmente, no campo da segurança pública, para que as pessoas detenham maior consciência crítico-participativa do assunto.

#### 4.3.10 Credibilidade na polícia

Praticamente a totalidade dos entrevistados (46%) são concordantes que o disque-denúncia da polícia é um grande instrumento para a melhoria da qualidade da segurança pública. Ao responderem dessa forma, ainda que de modo transversal, também acreditam na polícia para a solução dos problemas de segurança na cidade.

O disque-denúncia é um canal informal aberto entre a polícia e a comunidade que, se por um lado, permite a participação da comunidade de forma desburocratizada e segura, por outro, possibilita a falta de comprometimento e responsabilidade das pessoas em exercer a cidadania de forma direta e plena, pois incentiva o anonimato e o distanciamento entre a polícia e a comunidade.

Considerando que 38% dos entrevistados são concordantes que a comunidade tem acompanhado cada vez mais os noticiários policiais, como indica a variável anterior, e que essa prática está influenciando na geração de síndrome de insegurança e medo, a credibilidade na polícia pode ser induzida em virtude de estereótipos gerados pela própria mídia.

Do que foi apurado, pode-se afirmar, como fez MELLO (1999, p. 55), que a prevenção da criminalidade e o controle da violência dependem de um conjunto de esforços e integração de diversos órgãos. A participação de toda a sociedade é indispensável, pois cada cidadão tem papel importante nessa prevenção, devendo de forma organizada lutar por políticas públicas que elevem a qualidade de vida, por leis mais consentâneas com a realidade atual e pela recuperação de valores fundamentais, hoje tão esquecidos em função do individualismo exacerbado, da banalização da

violência, da exploração da sensualidade, da desagregação familiar e do consumismo desenfreado. Os meios de comunicação, em especial a televisão, detêm também parcela considerável de responsabilidade nesse contexto, na medida em que, invadindo a intimidade das pessoas, devem respeitar um princípio ético elementar que é o de reconhecer a figura do outro e sua dignidade.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É preciso ter em mente que a convivência em sociedade nem sempre é feita de forma sinérgica. Problemas podem ocorrer e conflitos são constantes. Sobre isso, ZAFFARONI e PIERANGELI (1997, p. 60-62) afirmam que os conflitos entre grupos se resolvem de forma que, embora sempre dinâmica, logra uma certa estabilização que vai configurando a estrutura de poder de uma sociedade, que em parte é institucionalizada e em parte é difusa.

Por isso, todos os problemas relacionados à convivência social são problemas da coletividade e as soluções devem ser buscadas em conjunto, levando em conta os interesses de toda a sociedade (DALLARI, 1984, p. 21).

Justamente porque os seres humanos vivem em sociedade e porque as decisões políticas sempre se refletem sobre a vida e os interesses de todos, a Declaração Universal dos Direitos Humanos assevera, em seu artigo 21, que “todo ser humano tem o direito de tomar parte no governo de seu país e que a vontade do povo será a base da autoridade do governo.” Mas, além de um direito, também se constitui num dever, na medida em que a falta de participação – a alienação – pode ser aliada de grupos com interesses escusos. E esse não é um problema encontrado apenas nas classes menos favorecidas, porquanto percebe-se que motivados por sentimentos egoístas, muitos abastados recusam-se participar na comunidade por se acharem em uma situação financeira invejável e que os problemas comuns a todos jamais lhes afetarão. Em razão dessa atitude comodista é que estão agora sentindo sobre si os resultados de sua nefasta omissão em relação aos assuntos comunitários, sobretudo aqueles relacionados à segurança pública.

O remédio para a construção de uma sociedade com melhor qualidade de vida certamente é o pleno exercício da cidadania. Quando se fala em segurança pública, fica evidente a margem de ação de cada cidadão, enquanto membro de uma comunidade, no sentido de participar para melhorá-la em seu meio.

Neste sentido, MUNIZ (1999, p. 8) demonstra que “a segurança pública ultrapassa a esfera de competência exclusiva das agências policiais, dependendo portanto de outros atores, que são os cidadãos e os organismos públicos e civis provedores de serviços essenciais para a população.”

E continua

[...] os problemas de segurança são mais amplos do que as questões de competência propriamente policial. Ou seja, nem todos os problemas que afetam a segurança pública estão contidos no espaço legal e legítimo de ação das polícias. Daí a pertinência de incorporar outros atores no processo de produção democrática de segurança pública. A filosofia comunitária surge, em parte, como uma resposta e uma identificação dessa responsabilidade. Evidentemente que sem perder de vista o papel diretivo e executivo das organizações policiais.

Por isso, aqueles que já tomaram consciência devem realizar a conscientização dos demais, falando, discutindo, ensinando, demonstrando pelos exemplos que a força do grupo pode vencer a fraqueza do indivíduo. É aqui que entra a participação da Polícia Militar no processo, na medida em que se pretende implantar a filosofia comunitária para interagir com a comunidade.

É necessário, para tanto, que haja organização, pois, a participação mais eficiente é aquela que se desenvolve a partir de clara definição de objetivos e que procura tirar o máximo proveito dos recursos disponíveis a cada momento, assegurando a continuidade de ações. O trabalho de organização consiste em colaborar concretamente, fornecendo idéias ou meios materiais, para que grupos humanos conjuguem seus esforços visando objetivos comuns, no caso a segurança pública.

O processo de comunitarização faz aparecer perfis próprios e singulares das comunidades atendidas. Como as demandas por ordem e segurança pública são locais e diferenciadas, a adaptação desse programa ocorre em função das realidades locais. Por um lado, a autoridade policial passa a se enraizar no cotidiano dos cidadãos. Por outro, a dinâmica particular de cada comunidade passa a servir de base para a elaboração de uma forma de prestação de serviços policiais mais adequada às necessidades e demandas naquela área.

Há que se ter cuidado, todavia, pois muitos programas têm sido elaborados tecnocraticamente, trazendo como resultados a sua inadaptação e desinteresse dos que deveriam ser os maiores interessados. A explicação é simples: quando a população não participa no planejamento e nas decisões referentes a assuntos que lhe dizem respeito, seu comportamento natural é a indiferença e a apatia.

Daí o imperativo social, humano e democrático da participação da comunidade, destacando pela ONU: “A necessidade de os membros de um grupo, classe ou organização participarem no planejamento dos seus próprios programas é básica em qualquer tipo de projeto e confunde-se com a própria maneira democrática de viver”.

Aliás, segundo CAMARGO (1999, P. 46) “a única porta de entrada correta para a lógica estratégica de um projeto de polícia comunitária é que ela se baseia fundamentalmente na participação. O cidadão tem o direito e deve ser estimulado a participar na formulação de prioridades e até no emprego da força policial”.

A importância da participação pode assim ser sintetizada:

- a) as decisões e os programas são enriquecidos pelo conhecimento e experiência de muitas pessoas;
- b) têm, por isso, maior probabilidade de corresponderem às necessidades reais e serem eficientes;
- c) as pessoas que colaboram nas decisões tornam-se mais interessadas e envolvidas na sua execução, não precisam ser convencidas;
- d) quando se substitui a passividade pela participação, dá-se aos interessados a oportunidade de ampliar seus conhecimentos e aperfeiçoar sua competência;
- e) em suma, a participação serve melhor ao bem comum e assegura a promoção humana.

A nova postura imperativa destes novos tempo, é o que se chama *accountability* (BEATO, 2001, p. 34), ou seja, a adequação entre o comportamento da

polícia e os objetivos da comunidade.

Para isso é preciso saber como engajar a comunidade em projetos que objetivem a melhoria da segurança pública. FERREIRA NETO e GARCIA (1987, p. 70-71) ensinam que “é preciso não só saber divulgar as idéias básicas de animação comunitária, mas onde e como divulgar, a fim de captar as simpatias indispensáveis ao êxito do empreendimento, garantir colaboradores para sua execução, bem como diminuir as possíveis barreiras ou resistências que geralmente surgem quando algo novo mexe com padrão de acomodação da vida comunitária.”

“Os especialistas em comunicação social sabem como explorar as necessidades latentes das pessoas para difundir suas idéias. Para um público, o apelo se dirige à comunidade, ao conforto; para outro é o status que é explorado e para outro mais, o apelo se dirige para necessidades de segurança, benefícios ou sobrevivência.”

“Há um arsenal respeitável de recursos, instrumentos e processos de comunicação social passíveis de utilização pelos agentes do processo.”

“A idéia do envolvimento comunitário deve partir sempre da ótica do envolvimento das pessoas, de suas características, seus padrões de acomodação, de sua cultura e, sobretudo, de suas necessidades. A comunidade é uma ficção, pois o que existe de fato são as pessoas. Envolver a comunidade significa saber tocar nas pessoas. Significa saber despertá-las para as suas necessidades. A partir dessa consciência vem a motivação, que leva à ação.”

“O fato de tornar um projeto conhecido do grande público não garante a imediata adesão das pessoas, por mais simpática que seja a idéia. Isso pode torná-la simpática, tolerável, mas não envolve emocionalmente as pessoas a ponto de se comprometerem com a realização da obra.”

“Esse envolvimento profundo é produto de uma adesão mais emocional e menos racional (a comunidade é governada pela vida e pelos instintos). Disso decorre a importância de contatos pessoais, através de encontros, reuniões com lideranças para venda, corpo-a-corpo, das idéias principais. O envolvimento emocional é sempre o

resultado da participação direta ou indireta da pessoa naquilo que está sendo proposto ou construído.”

Essas razões justificam a preferência de escolha das Associações de Moradores — valiosos instrumentos para o exercício de uma política social eficiente, humana e democrática — para a realização de qualquer parceria entre o Poder Público e a comunidade, visando engajar a população nas políticas públicas de segurança. E Londrina é pródiga em se tratando de associações comunitárias.

Em todos os bairros, surgiram associações de moradores de forma espontânea que passaram, com mais ou menos intensidade, dependendo da qualidade e quantidade da participação, a representar os anseios de suas comunidades nos poderes públicos. A partir delas, os moradores construíram suas identidades ao partilharem valores com os quais descobriram um sentido de comunidade. São vistos e ouvidos no âmbito da comunidade, partilham de um mundo comum, falam dele: das carências e da satisfação das carências (SILVEIRA, 1997, p. 265).

Muitas conquistas foram alcançadas em relação à educação, à saúde, ao transporte coletivo e à segurança pública. Sobre esta última, entretanto, percebe-se que a participação é invariavelmente dispersa e opinativa, restando um grande espaço coletivo e democrático para a organização, compartilhamento e comprometimento das pessoas na busca de soluções conjuntas para a questão.

A Polícia Militar, na medida em que procura implantar e consolidar a filosofia de polícia comunitária, há que perceber esses multifacetados aspectos da participação da comunidade a fim de atender de forma personalizada os anseios locais. Mesmo porque, conforme CAMARGO (1999, p.47), “o Estado não tem o direito de intervir na vida das pessoas sem ouvi-las. Qualquer projeto, para ter consciência democrática, deve ter a capacidade de conquistar as pessoas; para ser sujeito ativo e não mera massa que receba favores de uma burocracia estatal.”

Este trabalho é um convite à reflexão acerca de todos os fatores que envolvem a interação com a comunidade, sendo também a sua maior proposta, mesmo



porque, entre a técnica e a realidade, há uma distância a ser percorrida que passa pela internalização dos novos conceitos por parte das autoridades e agentes públicos e pela reorganização das instituições para incorporar, em seus procedimentos operacionais, um novo modo de fazer. Esse novo modo de fazer, de acordo com os princípios da descentralização, implica a incorporação do cidadão enquanto morador de um Município, de um bairro, de uma vila, de uma rua. É preciso resgatar este espaço físico, social, cultural como um território, sobre o qual se planeja, se investiga, se avalia.

A violência, como os demais problemas urbanos, não recai sobre os moradores de uma cidade de forma homogênea e indistinta. As condições concretas de vida não são as mesmas para todos. Assumir esta constatação já é meio caminho andado para combater os desequilíbrios sociais. Para completar este caminho, há que se explicar as diferenças, planejar ações e definir estratégias que incorporem as disparidades. Tratar desigualmente o que é desigual, na busca da superação da desigualdade.

Realizar a democracia, levar a sério os direitos fundamentais do homem, tal como são solenemente proclamados nas constituições e nas declarações internacionais, é enfim, reconhecer os direitos básicos do ser humano e incluir, na vida e na história das sociedades (ZAFFARONI & PIERANGELI,1997), e por que não na segurança pública, os “Ninguéns”, de que se falava Eduardo Galeano:

“Los nadies: los hijos de nadie, los dueños de nada.  
 Los nadies: los ningunos, los niguneados, coriendo la liebre, muriendo la vida,[...]:  
 Que son, aunque sean.  
 Que non hablan idiomas, sino dialectos.  
 Que non profesan religiones, sino supersticiones.  
 Que non hacen arte, sino artesanía.  
 Que non practican cultura, sino folklore.  
 Que non son seres humanos, sino recursos humanos.  
 Que non tienen cara, sino brazos.  
 Que non tienen nombre, sino número.  
 Que non figuran en la historia universal, sino en la crónica roja de la prensa local.  
 Los nadies, que cuestan menos que la bala que los mata.”

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, A.M.C. **A morada do vale, sociabilidade e representações**: um estudo sobre famílias pioneiras do Heimtal. São Paulo, 1995. Tese (Doutorado em Sociologia) - Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.
- AUGUSTO, L. Zona norte se une contra a violência. **Folha de Londrina**. 10/2/2002. Cidade.
- BARONI, C. londrinenses cobram mais segurança. **Folha de Londrina**. 26/6/1998.
- BEATO, C. C. **Políticas Públicas de Segurança**: Equidade, Eficiência e Accountability. Revista Unidade, nº 46, Porto Alegre – abril/junho 2001.
- BLOCH, R. A.; BALASSIANO, M. A democratização da Gestão Pública: as relações entre Gestor, Inovação e Porte Demográfico do Município. In: **ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO - ENAMPAD**, 22., 1998, Foz do Iguaçu. Trabalho apresentado. 1 CD-ROM.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, promulgada em 05 de outubro de 1988. 26 ed. Atual. e ampl. São Paulo: Editora Saraiva, 2000.
- BOBBIO, N. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- BONECASA, C. **Dos delitos e das penas**. São Paulo: Cid Editora, 1996.
- BRUM, H. de A. As novas dimensões da comunidade urbana. **Carta Mensal: problemas nacionais**, Rio de Janeiro, a. XXVI, n. 305, p. 1-10, set. 1980.
- BUARQUE, C. **A cortina de ouro**: os sustos do final do século e um sonho para o próximo. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1995.
- CAMARGO, C. A. Polícia Comunitária como instrumento democrático para a segurança pública. In: **FÓRUM INTERNACIONAL DE POLÍCIA COMUNITÁRIA E DIREITOS HUMANOS**, 1., 1999, São Paulo. **Anais do Fórum e do Congresso**. São Paulo: Polícia Militar do Estado de São Paulo, 1999.
- CIESLAK, A. **A polícia que a mídia não vê**. Curitiba, 1997. 87 f. Monografia (Graduação) – Bacharelado em Direito, Faculdade de Direito de Curitiba.
- \_\_\_\_\_. **Causas jurídicas para o aumento da criminalidade**: uma avaliação crítica do sistema de segurança pública brasileiro. Londrina, 2002. 143 f. Monografia (Graduação) – Bacharelado em Direito, Universidade Estadual de Londrina.
- CONCEIÇÃO, A. A. A. C. da. **A Participação da Comunidade na Gestão da Polícia Militar**. São José dos Pinhais, 1995. 176 f. Monografia (Especialização) – Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais, Polícia Militar do Estado do Paraná.
- CUSSON, M. **Tratado de Sociologia**. Porto: Edições Asa, 1995.
- DALLARI, D. A. **O que é participação política**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- DIAS NETO, T. **Policciamento comunitário e controle sobre a polícia**: a experiência norte-americana. 1. ed. São Paulo: IBCCRIM, 2000.

- DURKHEIM, E. **As Regras do Método Sociológico**, 6. ed. Lisboa: Editorial Presença, 1995.
- FARIAS JÚNIOR, J. **Manual de criminologia**. 3. ed. Curitiba: Juruá, 2001.
- FERNANDES, R. C. **Compêndio de Polícia Interativa: Policiamento Comunitário**. Curitiba: Polícia Militar do Paraná, 1999.
- FERREIRA NETO, A.; GARCIA, S. **Desenvolvimento comunitário: princípios para ação**. 1. ed. Rio de Janeiro: Bloch, 1987.
- FINARDI, P. Violência no Nossa Senhora da Paz é debatido em reunião. **Folha de Londrina**. 8/8/2002. Cidade.
- GARCIA, A. P. de M.; GOMES, L. F. **Criminologia**. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1996.
- GUARESCHI, P. A. **Sociologia Crítica: alternativas de mudança**. 34 ed. Porto Alegre: Mundo Jovem, 1994.
- KOWARICK, L. **As lutas sociais e a cidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- LEÃO, Silvana. Polícia comunitária tem reduzido ocorrências. **Folha de Londrina**, 8/6/1999.
- LEIJOTO, M. Zona oeste detém a maioria dos homicídios. **Jornal de Londrina**. 20/1/2002. Cidade.
- LONDRINA. Secretaria do Planejamento. **Perfil do Município de Londrina**. Disponível em <http://www.londrina.pr.gov.br> acessado em 19 de fevereiro de 2002.
- MENDES, A. C. **Os símbolos e a realidade**. Curitiba: Filosofia para Todos, 2002.
- MENDES, J. T. G. (Coord.) **Londrina: diagnóstico e caminhos**. Curitiba: Intelectus, 1993.
- MOREIRA NETO, D. F. **A Segurança Pública na Constituição**. Revista A Força Policial, São Paulo, nº 3, jul/ago/set, 1994.
- NOGUEIRA, A. Falta de segurança assusta bairro. **Folha de Londrina**, 5/2/1999, Cidades.
- \_\_\_\_\_. Jardim Bandeirantes convoca a polícia para debater o tema. **Folha de Londrina**, 14/7/1999.
- NORONHA, A. V. **Sociologia**. Guarulhos: SOGE, 1998.
- PIERSON, D. **Teoria e pesquisa em sociologia**. 14 ed. São Paulo: Melhoramentos, 1972.
- PRATA, C. M. As várias faces da relação cidadão X Estado: antigos papéis e novas metáforas. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO - ENAMPAD, 23., 1999, Foz do Iguaçu. **Trabalho apresentado**. 1 CD-ROM.
- RAMOS, L. Pioneiro pede segurança para bairro. **Folha de Londrina**. 14/7/1999.
- RIBEIRO, D. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas.** 3 ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 1999.

RODRIGUES, B. Moradores protestam após morte de irmãos. **Folha de Londrina**, 3/7/2001, Cidades.

ROLIM, R. C. **O policiamento e a ordem: histórias de polícia em Londrina 1948-1962.** Londrina: Editora UEL, 1999.

SAMPSON, R. J. **O poder também abre portas para o delito.** Superinteressante, São Paulo, n. 172, abr. 2002, p. 16-17. Entrevista.

SARIS, S. Comerciantes lutam por mais segurança. **Jornal de Londrina**, 7/3/2001.

SILVA, J. A. Curso de direito constitucional positivo. 19<sup>a</sup> ed. São Paulo: Malheiros, 2001.

SILVEIRA, R. J. **As associações de moradores e a construção do espaço público: um exercício de cidadania.** São Paulo, 1997. 276 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.

TORTATO, M. **Polícia Comunitária sob a ótica da criminologia: preceitos práticos de integração.** Curitiba, 2001. 129 f. Monografia (Especialização) – Curso de Especialização em Administração Policial, Universidade Federal do Paraná.

VALLA, W. O. **Doutrina de emprego de polícia militar e bombeiro militar.** Curitiba: Associação da Vila Militar, 1999.

ZAFFARONI, E. R.; PIERANGELI, J.H. **Manual de direito penal brasileiro: parte geral.** São Paulo, Revista dos Tribunais, 1997.

ZAJDSZNAJDER, L. **O ser ético no Brasil.** 3 ed. Rio de Janeiro: Gryphus, 1999.